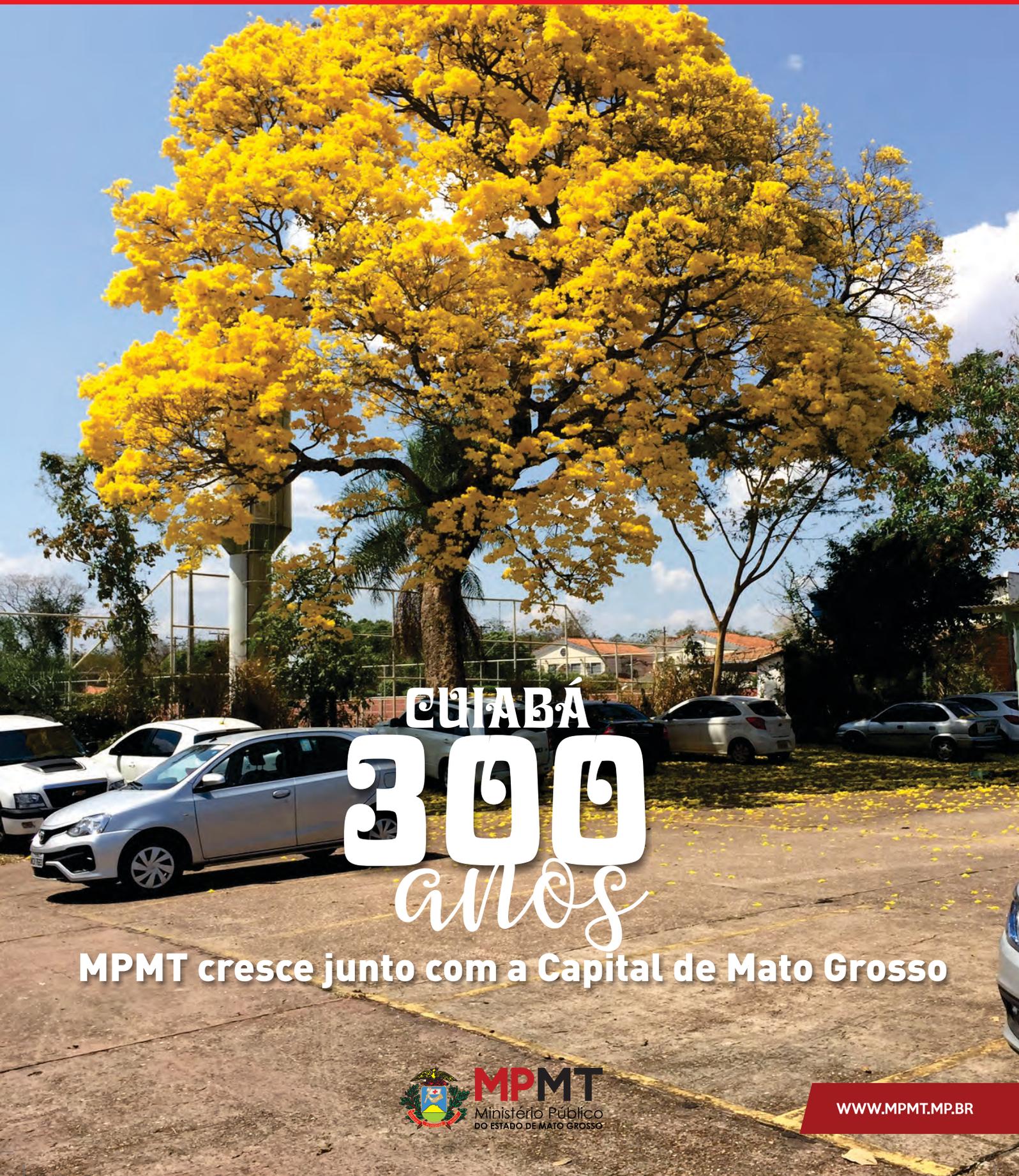




MEMORIAL
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Revista do MEMORIAL



CUIABÁ
300
ANOS

MPMT cresce junto com a Capital de Mato Grosso



Uma homenagem:



MPMT

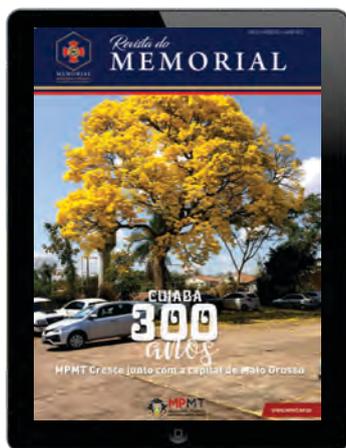
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

*Amar Cuiabá é defender sua
história, seu patrimônio,
sua gente!*



300
anos

Da esquerda para direita: Loaci Cavalcanti - Servidora, cuiabana de nascimento • Paula Corrêa - Servidora, cuiabana de coração • Thiago Oliveira - Servidor, cuiabano de nascimento • Eunice Helena Barros - Procuradora de Justiça, cuiabana de nascimento • Edmilson Pereira - Procurador de Justiça, cuiabano de coração • Máisa Dias - Servidora, cuiabana de nascimento e Lucía Cuiabano Servidora, cuiabana de nascimento



A Revista do Memorial está disponível digitalmente e pode ser visualizada em tablets e smartphones

Posicione seu celular no QR Code e acesse a revista eletrônica



Acompanhe o Ministério Público

Siga o Ministério Público nas redes sociais e entre em contato conosco!



mpmt.mp.br



facebook.com/mpemt



instagram.com/mpemt



[mpmt](https://youtube.com/mpmt)



Publicação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Procuradoria Geral de Justiça

Rua Quatro, nº237, Centro Político e Administrativo
Cuiabá-MT, CEP: 78049-921
Telefone: (65) 3613-5100

Procurador-Geral de Justiça

José Antônio Borges Pereira

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

Eunice Helena Rodrigues de Barros

Subprocurador-Geral de Justiça Jurídico e Institucional

Deosdete Cruz Júnior

Corregedor-Geral

Hélio Fredolino Faust

Corregedor-Geral Adjunto

João Augusto Veras Gadelha

Secretário-geral de Gabinete

Milton Mattos da Silveira Neto

Promotora de Justiça Auxiliar da Procuradoria Geral de Justiça

Hellen Uliam Kuriki

Promotora de Justiça Auxiliar da Procuradoria Geral de Justiça

Claire Vogel Dutra

Foto Capa: Eunice Helena Rodrigues de Barros

MEMORIAL DO MPMT

Coordenação do Memorial e Presidente do Conselho Curador

Eunice Helena Rodrigues de Barros

Membros - Conselho Curador

Januária Dorileo

Henrique Schneider Neto

José Floriano Nunes Dias

Servidores - Conselho Curador

João Pedro de Campos Filho

José Gabriel da Silva

Loaci Argemira Cavalcanti

Rafael Adão

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Reportagem e Edição

Janã Pinheiro

Projeto Gráfico

Emanuel Evandir S. Costa

Revisão

Loaci Argemira Cavalcanti

Imagens: Acervo Memorial MPMT
Banco de Imagens iStock / Getty Images
licenciado para o DECOM/MPMT



Sumário

06

EDITORIAL

O Ministério Público de Mato Grosso e os 300 anos de Cuiabá

26

MINHA HISTÓRIA NO MPMT

Por Silvio Martins da Silva - Promotor de Justiça aposentado

10

300 ANOS DE HISTÓRIA

Ministério Público de Mato Grosso cresce junto com a Capital do Estado

28

MINHA HISTÓRIA NO MPMT

Por Edmilson da Costa Pereira, titular da Procuradoria Especializada na Defesa da Cidadania e do Consumidor do MPMT





31

CUIABÁ, 300 ANOS. UM REVIVAL

Por João Batista de Almeida - Procurador de Justiça da 3ª Procuradoria Criminal do MPMT

40

POR DENTRO DO MP

Promotores de Justiça têm sala de apoio na sede da PGJ

39

O MINISTÉRIO PÚBLICO EM DEFESA DA CIDADE VERDE

Por José Mariano de Almeida Neto - Promotor de Justiça e Coordenador-Geral dos CAOS

42

EU VISITEI O MEMORIAL

Cliques de quem passou pelo nosso espaço cativo



Editorial

O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS 300 ANOS

A revista do nosso Memorial está festiva: a capital mato-grossense, Cuiabá, comemora 300 anos de existência!

Quantas histórias guarda a nossa calorosa Cuiabá e, com ela, seus habitantes: os cuiabanos, quer de berço, quer de coração.

Para homenagear a capital mato-grossense a nossa revista traz membros e servidores genuinamente cuiabanos, aqueles a quem no linguajar local dizem ser “cuiabanos de tchapa e cruz”, que significa: de berço (tchapa = chapa) e de cruz (morte). Descobrimos, assim que no Ministério Público Mato-grossense os cuiabanos estão em número reduzido: num universo de 260 membros em atividade, apenas 34 são cuiabanos de “tchapa e cruz”.

Hoje o nosso MP tem, em sua composição, uma autêntica miscigenação com pessoas vindas de todas as partes do país que aqui fincaram raízes e fizeram morada e, com isso, seja dito, ganhamos ao acrescer ao nosso “modus vivendi” a cultura, o jeito de ser de todos os rincões do nosso Brasil.

Assim, apreciem nesta edição uma formidável entrevista com o cuiabano Desembargador Leônidas Duarte Monteiro, que ocupou o cargo de desembargador pelo quinto constitucional do Ministério Público no Tribunal de Justiça de Mato Grosso e que nos traz a história do começo do MP que hoje integramos, história que remonta à época em que a nossa instituição era subordinada ao Poder Executivo. Temos também a entrevista com a servidora cuiabana “dona Loaci”, como é por nós conhecida, que integra nossos quadros há mais de 30 anos e participou diretamente da construção do MP que hoje temos, pós Constituição de 1988, quando contávamos com apenas 10 funcionários na Procuradoria-Geral de Justiça.

Para contar um pouco mais desta história temos ainda a entrevista com o servidor cuiabano Walmir Fortes Guia, que entrou para nossa instituição por meio do primeiro concurso para servidores no ano de 1997 e vivenciou a escassez de equipamentos para o trabalho, uma vez que existiam apenas dois computadores na coordenação em que trabalhava e, assim, os funcionários tinham que se revezar. A nossa revista traz, também, uma entrevista comigo, na qualidade de cuiabana, participante desta instituição desde a década de 70, quando meu pai, o Procurador de Justiça aposentado Evaldo Duarte de Barros já era membro do MPMT, fato que me faz ter o nosso MP quase que no DNA. Devo dizer que essa entrevista me possibilitou recordar as dificuldades enfrentadas na carreira, por ser mulher, jovem à época, já com filhos pequenos e tendo que conciliar a família com a profissão.

100 ANOS DE CUIABÁ



Enfim, os diletos leitores poderão verificar que uma coisa todos os entrevistados têm em comum: além do amor pela nossa instituição, todos são cuiabanos de berço que aqui constituíram família, aqui colhem o fruto de seu trabalho e querem terminar seus dias em Cuiabá! Amam, portanto, esta terra calorosa e calorenta.

Espero que ao lerem as matérias que compõem a revista do nosso Memorial e, após assistirem aos vídeos das entrevistas pelo QR CODE que se encontra ao final, todos tenham feito uma viagem no tempo..., no tempo de brincar de roda na calçada, de soltar pipa na praça, de acompanhar a florada dos ypês e flamboyants que ornamentam as paisagens da nossa Cuiabá, também conhecida como “Cidade Verde”, e atravessem o tempo, chegando aos dias atuais, em que podemos desfrutar dos lindos parques de nossa cidade nos quais reunimos a família e fazemos caminhadas, pedalamos, reencontramos amigos e colocamos a conversa em dia!

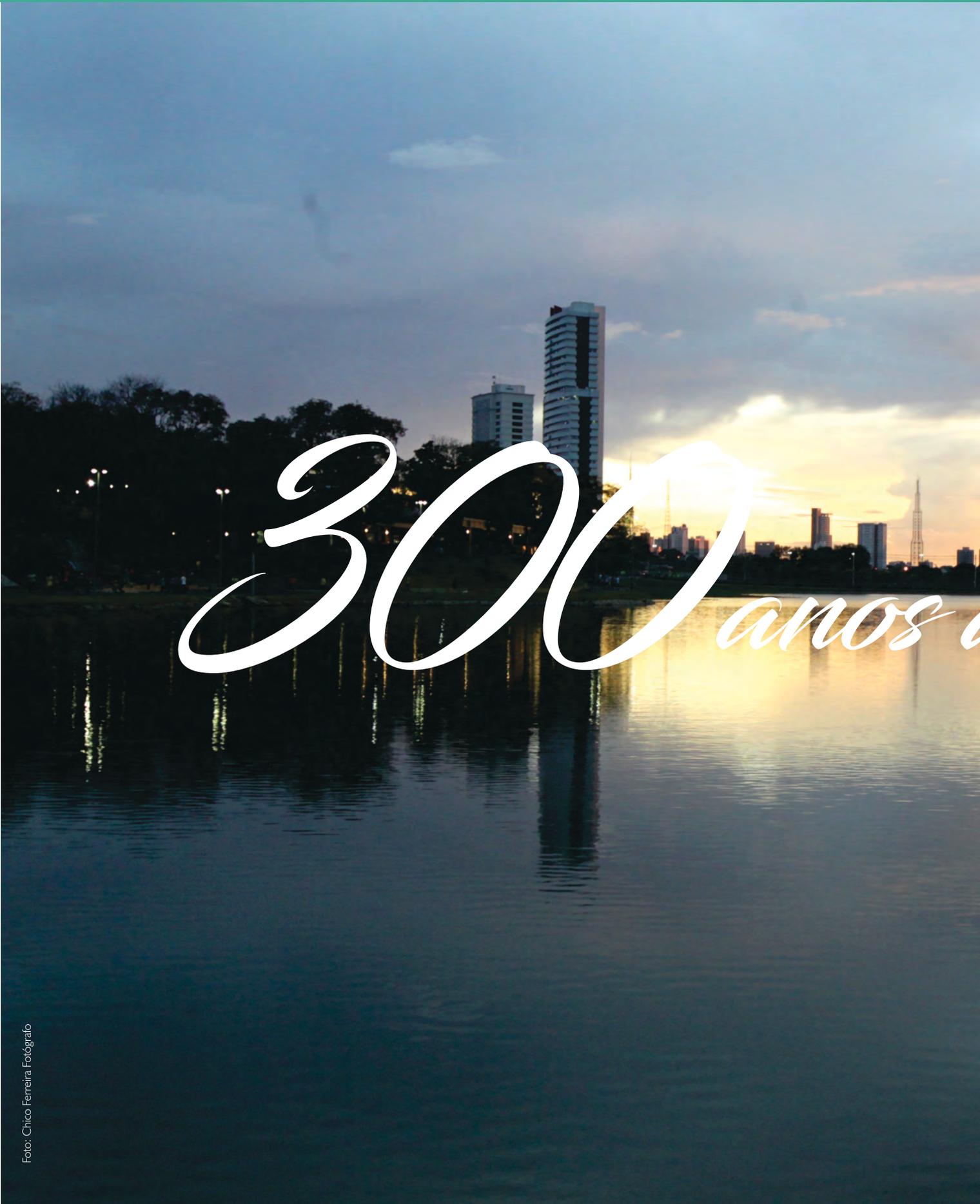
Àqueles que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer Cuiabá, convido-os para que aqui se achem, desfrutem de nossa hospitalidade, saboreiem da nossa rica culinária, ensaiem dançar o rasqueado cuiabano que, nas festas, não deixa ninguém ficar sentado e concluem como a canção: “...que a gente não se cansa de viver em Cuiabá”!!.

Eunice Helena Rodrigues de Barros

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa e Coordenadora do Memorial do MPMT

Posicione o seu celular no QR Code
e escute a música “Cuiabá Muito Prazer”





300 anos

A scenic view of a lake at sunset. The sky is a mix of blue, orange, and yellow, with some clouds. In the background, there are silhouettes of trees and several tall, modern streetlights. The water in the foreground is calm, reflecting the sky and the lights. The text "de História" is written in a white, cursive font across the middle of the image.

de História

MATÉRIA ESPECIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO CRESCE JUNTO COM CUIABÁ

Cuiabá é conhecida nacionalmente pelas altas temperaturas. Porém, quem mora ou vem à Capital de Mato Grosso, sabe que uma das grandes características da cidade é a hospitalidade do seu povo, que acolhe muito bem todos que por aqui chegam. Além disso, Cuiabá tem cultura forte, rica gastronomia e, o melhor, gente que gosta de gente. Esta cidade, cheia de adjetivos e predicados, que em 2019 completa 300 anos de história, passou por profundas transformações, viu sua população aumentar mais de 10 vezes nos últimos 50 anos, deixando de ser uma pequena cidade do interior do país, para se tornar uma capital moderna, dinâmica, pulsante e vibrante, que, principalmente da segunda metade do século passado para cá viveu um acelerado processo de desenvolvimento e mudanças políticas, tecnológicas, sociais e culturais.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, que “nasceu” no dia 30 de julho de 1891 - data da outorga da primeira Constituição Estadual – acompanhou o crescimento de Cuiabá e, ao longo dos últimos 128 anos, não ficou inerte às transformações ocorridas na cidade e às necessidades da população, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988, que reestruturou os Poderes da República e fortaleceu o Ministério Público, transformando-o

em um órgão independente e autônomo.

Durante estes 128 anos de existência do Ministério Público em Mato Grosso, procuradores, promotores de Justiça e servidores trabalharam arduamente para fortalecer a instituição e dotá-la de infraestrutura mínima a fim de cumprir sua missão: “Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania”.

Quem acompanhou e vivenciou parte desta história de crescimento da instituição é o desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Leônidas Duarte Monteiro, 79 anos, cuiabano de “tchapa e cruz”, que durante 26 anos foi membro do Ministério Público de Mato Grosso. “Na minha época o Ministério Público era quase uma instituição espírita. Ouvia-se falar no Ministério Público. Ouvia-se falar em promotor de Justiça. Ouvia-se falar em procurador de Justiça. Eu vivi essa época, quando pessoas leigas um pouco mais esclarecidas podiam ser nomeadas promotores nas comarcas, isso no início dos anos 60”.



Leônidas Duarte Monteiro, 79 anos, cuiabano de “Tchapa e Cruz”.

MPMT ERA SUBORDINADO À SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Leônidas Duarte Monteiro prestou concurso público em 1966, para defensor público e promotor de Justiça. “Mais tarde fiz a opção pela Promotoria e, posteriormente fui escolhido como promotor requisitado para atuar na Procuradoria Geral de Justiça, que nada mais era que uma pequena sala onde ficava o Procurador-Geral de Justiça, Athaide Monteiro da Silva, eu e duas servidoras, dona Afra e dona Maria Teresa. Após este período fui nomeado Procurador de Justiça pelo então governador José Fragelli e, mais tarde, em março de 1979, passei a ser Procurador-Geral de Justiça, cargo este que ocupei durante três governos consecutivos – até março de 1987. Em suma, foram oito anos seguidos, sem férias, sem pausa, ainda bem que eu era jovem (rs....)”, recorda.

Ele ressalta que o caminho trilhado pelo Ministério Público foi longo e, sobretudo, difícil. “As coisas foram conquistadas com muita luta, muito empenho e muita dificuldade. Para que os colegas, sobretudo os mais jovens, tenham uma ideia, a sede

da Procuradoria Geral de Justiça era uma pequena sala no prédio do Tribunal de Justiça, na avenida Getúlio Vargas. Naquela época no andar térreo funcionava a Assembleia Legislativa, no andar de cima o Tribunal de Justiça e, ocupando uma pequena salinha, estava a Procuradoria Geral de Justiça. Nossa estrutura de trabalho era precária. Foi um avanço extraordinário quando recebemos da Casa Civil um office-boy (rs...)”.

O desembargador aposentado lembra quando foi nomeado pela primeira vez Procurador-Geral de Justiça o Ministério Público era subordinado à Secretaria Estadual de Justiça. “Quando o secretário queria resolver qualquer assunto com o PGJ ele mandava chamar, ou oficiava. Ele era um homem íntegro, porém extremamente autoritário. Mandava ofícios indelicados ao PGJ, alguns, digamos, atrevidos. Certa vez ele levou ao governador uma lista tríplice para promoção sem que o Conselho tivesse votado. E, foi diante deste quadro, de extrema submissão, que eu tomei posse como PGJ. Foi um período muito difícil. Diante deste cenário, certo dia eu procurei o governador Frederico Campos, com quem eu tinha uma amizade pessoal, e solicitei uma mudança neste grau de relacionamento entre a Procuradoria Geral e a Secretaria de Justiça. Cheguei a dizer ao governador que

naquelas condições eu não permaneceria no cargo de PGJ. Seis meses depois eu, felizmente, já me encontrava livre da Secretaria de Justiça e passei a despachar diretamente com o Governador do Estado. Era o começo da autonomia do Ministério Público”.

A tão sonhada independência do Ministério Público, porém, só aconteceu de fato em 1988, após a promulgação da Constituição Cidadã. “A Constituição de 88 criou um Ministério Público que até então não existia. Podemos dizer que o MP é antes e depois da Constituição. Hoje, felizmente toda a dependência e subordinação ficou para trás. Temos uma instituição notável, forte, independente e que veio para ficar. Quisera eu ter encontrado o MP na situação atual, porque anteriormente as coisas eram muito, mas muito difíceis”.

CONSTITUIÇÃO DE 88 REPRESENTOU PARA O MP O “7 DE SETEMBRO”

Para o desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Leônidas Duarte Monteiro, a Constituição de 88 representou para o Ministério Público o “7 de Setembro”. “Foi a nossa independência. Antes da Constituição a nossa situação era muito complicada. Aquele promotor que, por ventura, incomodasse além da conta um determinado deputado era removido, era transferido. Isso atrapalhava, em muito, a atuação dos promotores e mesmo dos procuradores. Depois de 88 veio este salvo conduto, essa liberdade que permitiu ao MP exercer as suas funções, o seu papel na forma mais ampla possível, foram dois mundos, dois momentos absolutamente diferentes, sempre para melhor, em todos os sentidos, tanto funcional, quanto material. Quem me dera termos naquela época instalações como estas em que a gente sente orgulho e prazer de dizer sou promotor, sou procurador de Justiça”.

“Quando comecei como promotor requisitado, com meus 26 anos, jamais me passou pela cabeça que o MP seria um dia esse gigante que é. Não só pelas garantias constitucionais que

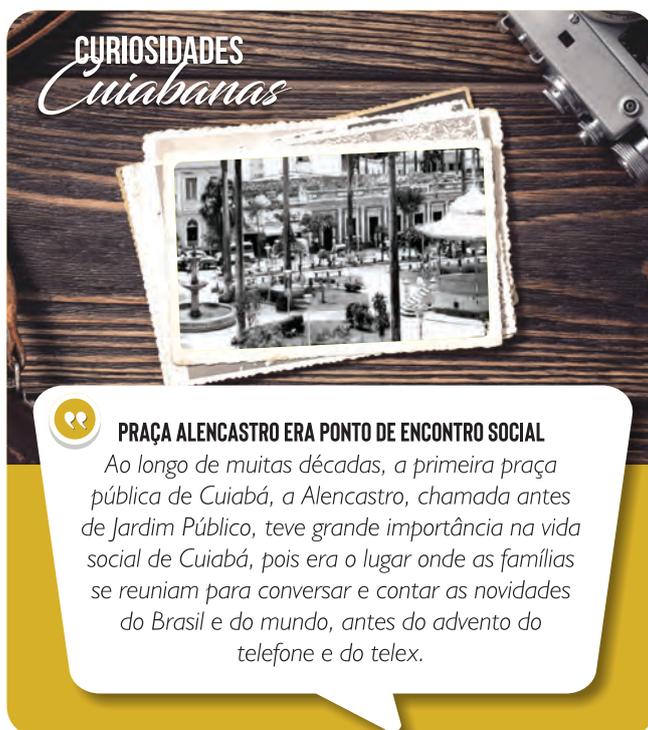
tem, como, principalmente pelo apoio recebido. Esse crescimento e confiabilidade da instituição eu atribuo em boa parte à sociedade que, extremamente incomodada, passou a buscar cada vez mais seus direitos e viu no Ministério Público um defensor das suas reivindicações. A Constituição de 88 fez eco às legítimas aspirações da sociedade”, assegura.

Durante os 26 anos de atuação no Ministério Público do Estado de Mato Grosso o desembargador Leônidas Duarte Monteiro passou por momentos difíceis e por momentos de conquistas importantes para a Instituição. “Como promotor tive alguns momentos marcantes, entre eles cito a fundação da Associação Mato-grossense do Ministério Público e, como Procurador-Geral a criação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça. Tenho a pretensão de acreditar que, profissionalmente, eu

carreguei meu tijolinho para a construção do Ministério Público que temos hoje. Fiz a minha parte. Tenho a consciência que, ainda que modestamente, dei a minha contribuição para melhorar a Instituição. Tenho orgulho de ter nascido, crescido, estudado e trabalhado em Cuiabá, uma cidade que é minha vida, minha paixão. Tenho orgulho de com meu trabalho ter contribuído para melhorar esta cidade que agora completa três séculos de história e, diga-se de passagem, com uma bela e rica história. O Ministério Público fez a sua parte neste processo de construção e crescimento da cidade”, destaca Leônidas Monteiro, completando que, após “felizes 26 anos de Ministério Público”, foi nomeado, em 1992, desembargador, na vaga reservada ao Quinto Constitucional. Permaneceu no Tribunal de Justiça até 1º de junho de 2010 quando se aposentou.

PRIMEIROS SERVIDORES DO MP FORAM CONVIDADOS PARA INTEGRAR A INSTITUIÇÃO

Servidora do Ministério Público do Estado de Mato Grosso desde agosto de 1989, Loaci Argemira Cavalcanti, 67 anos, vem acompanhando ao longo dos últimos 30 anos o



crescimento da Instituição que, após a Constituição de 88, ela viu se estruturar e se fortalecer.

Filha mais velha de uma família de três irmãos, “dona Loaci”, como é carinhosamente conhecida por todos, nasceu no dia 28 de junho de 1952, na “Rua da Goiabeira de Baixo”, nº 50, pelas mãos da parteira Maria Ferraz.

Aos seis anos de idade ela foi embora para o pequeno município de Guiratinga, onde ficou até a conclusão do antigo ginásio, hoje ensino fundamental. Para prosseguir os estudos retornou a Cuiabá, onde aos 14 anos foi para a Escola Normal Pedro Celestino, onde concluiu o magistério, em 1969.

Logo após o término do curso, dona Loaci foi aprovada no concurso para professora da rede estadual de ensino. Já como professora retornou a Guiratinga onde foi dar aulas, tarefa que desempenhou até 1972, quando retornou para a cidade natal com o objetivo de cursar faculdade. Incentivada pelo irmão e o tio, que a ajudavam a estudar em casa, dona Loaci foi aprovada para a faculdade de Economia, na Universidade Federal de Mato Grosso, onde formou-se em 1977.

“Eu estava animada para estudar, trabalhar, tinha muita disposição. Nessa época fui para a Delegacia Regional de Ensino de Cuiabá, onde trabalhei com o professor Osvaldo Roberto Sobrinho, com quem aprendi muito sobre a gestão pública, a lidar com as pessoas e a ter traquejo. Ele é um líder que dava oportunidades para a equipe desenvolver suas habilidades. Neste período eu também lecionei na Escola Modelo Barão de Melgaço, no Liceu Cuiabano, enfim, foi um período de muito aprendizado”, conta.

Em 1978 dona Loaci foi cedida para a Secretaria de Estado de Segurança Pública e mais tarde, em 1979, contratada pelo regime da CLT no cargo de Técnico de Nível Superior-Economista. Após esta contratação ela retornou para a Secretaria de Estado de Educação, prosseguiu a atuação como professora, com lotação na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Presidente Médici, ministrando aulas das disciplinas Economia e Mercados e Organização e Técnicas Comerciais, aos alunos dos cursos técnicos em contabilidade e de administração de empresas.

Desde a sua cedência ocorrida em 1978 ela passou a desenvolver atividades na área de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Foi aí que a história de dona Loaci começou a se entrelaçar com a história do Ministério Público, algo que a servidora do Executivo jamais tinha imaginado.

De acordo com ela, logo após a promulgação da Constituição Federal de 88 e da Constituição Estadual de 89, o procurador-geral de Justiça, à época, Ulysses Ribeiro, já prevendo as garantias e a autonomia administrativa e



Loaci Argemira Cavalvanti, 67 anos, Servidora do Ministério Público do Estado de Mato Grosso desde agosto de 1989.

financeira da Instituição, passou a trabalhar no sentido de estruturar o Ministério Público para enfrentar essa nova realidade, esse novo desafio posto pelas constituições.

“A Procuradoria Geral de Justiça funcionava no prédio onde é hoje a Secretaria de Estado de Segurança Pública. Na época o dr. Ulysses se deslocou até a Secretaria de Justiça, instalada no mesmo prédio, e perguntou aos servidores se queriam vir trabalhar com ele no Ministério Público. O dr. Ulysses, numa simplicidade muito grande, foi de mesa em mesa, convidando os servidores, achei um gesto muito grandioso da parte dele. Dez servidores aceitaram o convite, eu estava entre eles. No dia 9 de agosto de 1989 nós só pegamos o nosso material e subimos a escada para, a partir daquele momento, sermos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso”, lembra.

SERVIDORES ELABORAM O PRIMEIRO PLANEJAMENTO DO MPMT

Os primeiros servidores do Ministério Público, após a Constituição de 88, tiveram muitos desafios para enfrentar, a começar pelo espaço físico. A Procuradoria Geral de Justiça dividia o espaço do pavimento superior do prédio com a Procuradoria Geral do Estado. Na entrada da escadaria nessa



Servidoras do MPMT, Jocabed Corrêa da Costa, Lydia Bett, Elizete Botelho de Campos Merthan, Loaci Argemira Cavalcanti e Rosair de Arruda Reis, durante a comemoração ao Dia das Mães em 2006.

parte do pavimento fora instalado o Protocolo, até então inexistente. O controle de correspondências entrada/saída era efetuado, só através de livro e manualmente. Inicialmente foram adotadas fichas cadastrais, entrada e saída e outros controles internos necessários.

“O PGJ não tinha secretária. A colega Elizete Botelho de Campos Merthan, que também trabalhava na Secretaria de Justiça, tinha ido no mês de abril, instalou de maneira provisória a Assessoria de Planejamento, junto com a Jurídica, as atividades inerentes aos procedimentos de controle de compras e atestação das notas fiscais, em uma sala contígua, adiantou os trabalhos, junto com dona Jocabed Corrêa da Costa, Eneth Calmon, Afra Rosa de Almeida Prado, Francisca Maria de Santana e dona Tomázia de Almeida, que eram as servidoras daquela época. Quando eu cheguei a Elizete disse: Nós temos uma missão a cumprir. O dr. Ulysses quer que preparemos tudo para o Ministério Público se desvincular da Secretaria de Justiça”, recorda Loaci.

De acordo com ela, a folha de pagamento da Procuradoria Geral era confeccionada pelo Núcleo Setorial de Administração, que depois encaminhava para a SAD, na forma idêntica de outros Núcleos dos demais órgãos. A estrutura vigente era vinculada às normas do Poder Executivo. “Nós só tínhamos dinheiro para a folha, éramos apenas uma unidade orçamentária da Secretaria de Justiça. Nós tivemos que trabalhar para a elaboração do orçamento para participar no ano seguinte como uma unidade orçamentária independente. Para o exercício de 1990 foi elaborado o primeiro orçamento do Ministério Público pela Elizete Botelho de Campos Merthan que estava como assessora de planejamento e



BONDINHO TRANSPORTOU MORADORES DE 1891 A 1918

Os bondinhos de Cuiabá, que funcionaram de 1891 a 1918, tinham um desenho parecido ao usado em Montevideu, mas, ao invés da motorização, ainda dependiam da tração animal. Os trilhos tinham a rota que partia do Largo da Mandioca (Praça da Mandioca), Beco do Candieiro, Prainha, Rua Treze de Junho e paravam na estação final, que ficava no Porto.

coordenava os trabalhos, auxiliada por mim, como economista, e pelo Omilson Tomaz da Silva, nosso colega do Deplan. Nós trabalhamos, elaboramos a Proposta Orçamentária e enfrentamos um impasse: no PPA do Governo do Estado não tinha previsão para incluir o Ministério Público. O Procurador-Geral, o Corregedor-Geral

e os Procuradores de Justiça da época foram, então, em busca de apoio junto a Assembleia Legislativa no sentido de alterar o PPA. Graças aos esforços dos membros ministeriais e servidores, e ao amparo legal, deu certo”.

Ela se recorda, ainda, que participou dos trabalhos de elaboração da minuta do primeiro Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Serviços Auxiliares do Ministério Público e do primeiro concurso realizado pela instituição, em 1996.

Neste primeiro orçamento foram incluídos o projeto de Implementação de Promotorias de Justiça e em 1991 o projeto de Construção da Sede da PGJ e nova Atividade – Manutenção do MP. As especificações para o projeto – Construção da Sede da PGJ, incluso no orçamento 1991/1992 foram detalhadas por uma equipe de membros ministeriais e solicitada ao DVOP a elaboração do Projeto Arquitetônico, pois já existia um terreno doado ao lado do Tribunal de Justiça, terreno esse, não registrado pela demora e por não ser adequado ao projeto físico pretendido, razão pela qual foi solicitada nova área ao Governo do Estado.

BAIXOS SALÁRIOS PAGOS PELA INSTITUIÇÃO DESANIMAVA SERVIDORES

Dona Loaci trabalhou na área de planejamento do MP até 1996. Na época o salário dos servidores da Instituição era um dos menores do setor público. “Eu lembro que ganhava 300 reais. Mesmo assim quis fazer a faculdade de Direito, que era particular. Eu complementava a renda dando aulas, mesmo assim era difícil para pagar a mensalidade, que custava 420 reais. Todo mês era um sufoco. Certo dia, conversando com o dr. Antônio Hans, que era o procurador-geral da época, eu mencionei que estava pensando seriamente em desistir do curso, porque não estava conseguindo pagar. Ele então olhou pra mim, com aquele jeito pacífico dele e disse: fique tranquila minha filha que na primeira oportunidade que tiver eu vou resolver essa situação financeira sua. Fiquei no meu canto trabalhando. Um dia ele me chamou e me disse: Eu não lhe prometi oferecer melhores condições para a senhora concluir seu curso de Direito? Pois é, chegou a hora”.

A coordenadora de gabinete passou em um concurso e deixaria a Instituição. O lugar ficaria vago. “Na época eu fiquei muito preocupada. Pensava, meu Deus! eu não terminei o curso de Direito, como vou conseguir? Que tipo de



Solenidade de colação de grau do curso de Direito, pelo Univag, em janeiro de 2000.



LICEU FOI A PRIMEIRA ESCOLA DE CUIABÁ

Em 7 de março de 1880, o Liceu Cuiabano foi instalado no prédio onde hoje funciona o Ganha Tempo, sua primeira sede. Posteriormente a escola foi para o prédio dos Correios, no final do século XIX; para o Palácio da Instrução, em 1914 e, finalmente, em 1944, depois de muitas mudanças de nome e instalações, o colégio obteve sede própria na Avenida Getúlio Vargas, onde permanece até os dias atuais.

capacidade eu tenho? Dr. Hans me disse: fique tranquila que a senhora vai conseguir. Na época a pessoa que trabalhava no gabinete era dona Zenaide Gonçalves Rodrigues da Silva, mãe do promotor de Justiça Marcelo Rodrigues da Silva, lá de Porto Alegre do Norte. Eu fui e falei: Zenaide eu estou preocupada, não sei se vou conseguir desempenhar esse



Entrega da placa em homenagem ao professor Mauro José Pereira, em janeiro de 2000.

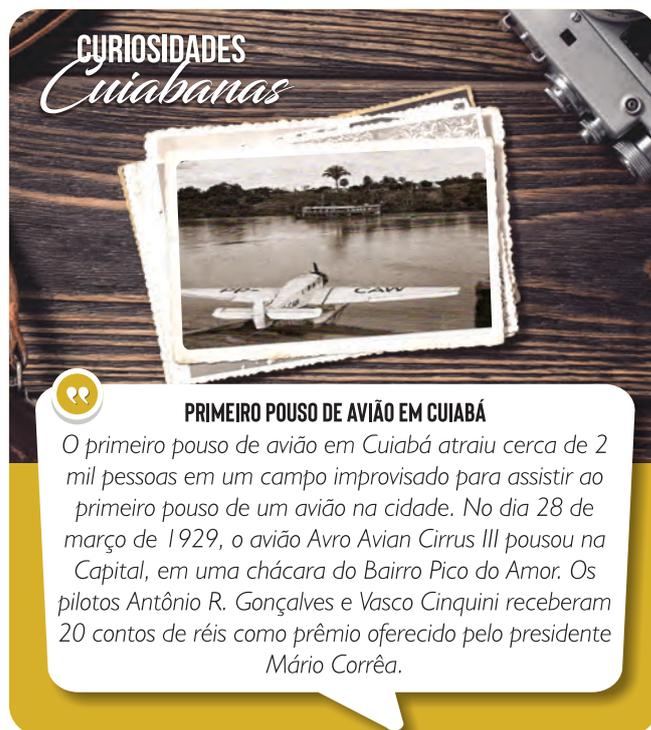
papel de coordenadora de gabinete. Ela disse: Pode contar comigo, vai conseguir sim”.

A maior dificuldade enfrentada por dona Loaci era trabalhar com a tecnologia da época: uma moderna máquina de escrever. “Dona Zenaide então me disse: a senhora pode preparar todas as minutas manuscritas e eu datilografo tudo o que precisar. Na época a maioria dos despachos do PGJ era manuscrito. Eu redigia todos manualmente, batia o carimbo e levava pra ele apreciar e assinar. Só tinha essa máquina no gabinete. A máquina da Zenaide na época era top de linha, tirava 10 cópias (rs...)”.

Ao assumir o novo cargo o salário saltou de R\$ 300 para R\$ 1.200, o que possibilitou o pagamento da faculdade. “O Dr. Hans foi meu principal incentivador para concluir o curso de Direito”.

MP COMEÇA RESGATAR SUA HISTÓRIA PARA CRIAR MEMORIAL

Neste cargo dona Loaci permaneceu de 1996 a 2007, passando pela gestão de quatro procuradores-gerais de Justiça. “Na segunda gestão do dr. Paulo Prado eu saí, estava muito cansada. Precisava possibilitar que outra colega assumisse o cargo de chefia. Saí da chefia do gabinete e continuei trabalhando até o dia que fui para uma outra sala com a colega Lucia Castrillon Cuiabano para prosseguir o trabalho do projeto Memória do Ministério Público, em 2014”.



PRIMEIRO POUSO DE AVIÃO EM CUIABÁ

O primeiro pouso de avião em Cuiabá atraiu cerca de 2 mil pessoas em um campo improvisado para assistir ao primeiro pouso de um avião na cidade. No dia 28 de março de 1929, o avião Avro Avian Cirrus III pousou na Capital, em uma chácara do Bairro Pico do Amor. Os pilotos Antônio R. Gonçalves e Vasco Cinquini receberam 20 contos de réis como prêmio oferecido pelo presidente Mário Corrêa.

No começo dona Loaci conta que nem todos compreendiam a importância de preservar e guardar a história da instituição. “Quando eu juntava os documentos e objetos, algumas pessoas diziam que eu estava guardando lixo. Enfrentei muitos dissabores. Uma colega um dia falou: isso aqui tudo vai para o lixo. Está inservível. Eu, então questioneei: Mas porque inservível? Foi bastante complicado no começo. A nossa preocupação era que as coisas estragassem ou se perdessem e a Instituição ficasse sem memória, sem a sua história registrada e preservada”.



Loaci Argemira Cavalcanti atuou como chefe de gabinete de 1996 a 2007 na PGJ.

Para a servidora o Ministério Público mudou muito nas últimas décadas, a começar pela estrutura física. “Diversas sedes próprias foram construídas e até mesmo em prédios cedidos houve a preocupação em buscar melhorias e modernizar a Instituição. Foram criadas e instaladas as promotorias especializadas em Cuiabá, com os respectivos promotores de Justiça. O Ministério Público evoluiu para atender as demandas da sociedade, até mesmo porque Cuiabá cresceu de forma vertiginosa. Vieram muitos imigrantes para cá, pessoas do Brasil todo, o MP teve que se desdobrar e com a Constituição Federal e Estadual amparando tudo isso, o Poder Executivo teve que fornecer todo o respaldo necessário para que o Ministério Público pudesse cumprir a gama de atribuições que as constituições lhe concederam, caso contrário seria inócuo, inexequível cumprir as tarefas atribuídas pela Constituição. Foi e é fundamental a adoção de um arrojado projeto de modernização e de um Planejamento Estratégico, com objetivos e metas condizentes com a realidade, os desafios enfrentados e a enfrentar pela Instituição, contemplando as atividades finalísticas e meio”.

MP INVESTE EM CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES

O crescimento do MP não ocorreu apenas no setor estrutural, mas também intelectual da instituição. Houve um investimento muito grande por parte dos gestores em capacitação, por meio de cursos, incentivo a graduação e pós-



SESC ARSENAL FOI CONSTRUÍDO PARA SER BASE MILITAR

Criado, antes, com o nome Real Trem de Guerra, por Carta Régia de Dom João VI em 1818, o Arsenal de Guerra foi destinado a um estabelecimento militar para conserto e fabricação de armas. Teve iniciada a construção em 1819, durante o governo do 9º e último Capitão General de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, vindo a concluir-se em 1832, quando foi inaugurado.

graduação, como especializações, mestrados e até mesmo doutorado. “Tive a oportunidade de acompanhar esse crescimento. No Ministério Público tive a chance de fazer especialização em Direito Público, especialização na área do Processo Civil. Fiz vários cursos, eu sempre participei de todas as capacitações que a instituição ofereceu. O MP proporcionou esse aprimoramento para todos nós, não ficamos por aí perecendo”.

Durante as três décadas de serviços prestados ao MP, dona Loaci passou por diversos momentos marcantes mas, para ela, um é especial: o trabalho de conclusão do curso de Direito. “Meu tema foi sobre o MP e a defesa da sociedade. Quando eu terminei meu trabalho levei para o dr. Hans e o dr. Guiomar. Eles me elogiaram e lembraram da minha luta para concluir a faculdade. Foi um momento muito especial para mim”.

Conforme ela, na gestão do procurador-geral Luiz Eduardo Martins Jacob houve um incentivo para que todos estudassem. “O dr. Jacob celebrou um convênio com o Univag para oferecer curso superior aos servidores da época que ainda não tinham uma faculdade. Assinou um convênio com a Fundação Escola Superior, ofereceu também curso de especialização na área de gestão pública para esses colegas. Graças a essa iniciativa todos eles estão reenquadrados com remuneração melhor”.

SERVIDORA CAMINHAVA DUAS HORAS PARA CHEGAR AO TRABALHO

Além das dificuldades enfrentadas no trabalho, pela falta de estrutura, dona Loaci também se recorda da falta de infraestrutura da cidade. “Era tudo muito difícil. Quando comecei a trabalhar no MP era deficitário o transporte. Eu vinha a pé, não tinha outra opção. Lá de casa, no bairro Goiabeiras, até o Centro Político Administrativo eu demorava de 1h30 a 2 horas de caminhada. Num determinado período uma amiga comprou um carro, aí ela me dava carona. Não era qualquer um que tinha carro naquela época”.

Cuiabá cresceu, o Ministério Público também. Como qualquer cidade o progresso traz transformações boas e ruins. Da Cuiabá antiga dona Loaci sente saudades de dormir com a janela aberta, sentar na calçada ou ficar na esquina conversando com os vizinhos e amigos. “Nós perdemos a liberdade. Houve crescimento e desenvolvimento mas, por outro lado, vieram também outros problemas sociais, como a violência, o trânsito caótico, a correria do dia a dia, que tiraram a qualidade de vida dos moradores”.

Questionada sobre qual o segredo para trabalhar tantos anos no serviço público e ser feliz com o que fez, dona Loaci é categórica: “Nenhuma pessoa pode ser feliz ou realizada sozinha. Não chegamos a lugar algum sem a ajuda das pessoas. É uma falácia você achar que não precisa de ninguém. Nós precisamos dos colegas de trabalho, dos amigos, da família, dos chefes, todos contribuem com o nosso crescimento. Eu sou grata por todas as pessoas que passaram pela minha vida. Com cada uma aprendi alguma coisa. É



MÃE BONIFÁCIA PROTEGIA E AJUDAVA ESCRAVOS FUGITIVOS

O apelido de “Mãe Bonifácia” surgiu pelo fato de uma senhora cuiabana ter sido considerada muito bondosa para os negros. Ela acolhia os escravos e os ajudava a chegar até a área do parque ambiental, que décadas depois recebeu o nome dela. As terras eram formadas por uma mata densa e, em seu interior, funcionava um quilombo. Hoje o Parque Mãe Bonifácia com pista de caminhada e uma grande área de lazer é um dos principais pontos turísticos de Cuiabá.

imprescindível disponibilizar o melhor de si para prestar os serviços à sociedade. Se a gente assim procede, vai receber o melhor de volta. E agradecendo ao Senhor Bom Jesus de Cuiabá por conceder essa bênção de nascer e viver nesta cidade, de ter o coração e o jeito cuiabano de ser, pela oportunidade de integrar o quadro de servidores na Instituição que tem uma missão importantíssima, prossigo o desempenho das minhas atribuições no Memorial deste Ministério Público.”

MINISTÉRIO PÚBLICO: AMOR QUE VEM PELO DNA

Há 32 anos a também cuiabana de “Tchapa e Cruz”, Eunice Helena Rodrigues de Barros, subprocuradora-geral de Justiça Administrativa do Ministério Público Estadual, acompanha o crescimento da instituição, a qual ela ingressou, por meio de concurso público, no dia 16 de novembro de 1987. A sua vida, porém, dentro da Instituição, vem desde a infância.

Filha do procurador de Justiça aposentado, Evaldo Duarte de Barros, Eunice Helena trouxe no DNA a paixão pela área do Direito e o amor pelo Ministério Público. A Instituição fez parte da infância, adolescência e da vida adulta da procuradora, que acompanhou de perto a carreira do pai, já que ela o acompanhava a todos os eventos sociais do MP.



Eunice Helena Rodrigues de Barros, Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa do Ministério Público Estadual

O amor pela instituição se entrelaça ao amor por Cuiabá. Filha de cuiabanos é a primogênita de quatro irmãs, Eunice Helena tem uma história muito forte com a Capital de Mato Grosso. “Meus avós não nasceram em Cuiabá, mas vieram muito cedo para cá. Meu avô paterno, Gonçalo Antunes de Barros, foi presidente da Câmara Municipal e prefeito de Cuiabá. Minha avó Nicinha instituiu o primeiro parque gráfico em Mato Grosso. Ela fazia o material das campanhas do meu tio Gilson de Barros, que foi deputado federal, de forma que minha família é uma família tradicional de Cuiabá. A família Barros aqui chegou para ficar, para fincar raízes e para fazer muito pela população cuiabana e mato-grossense, como um todo”, assegura.

Na Cuiabá pacata, Eunice Helena conta que também teve uma infância pacata. “Como eu era a primogênita tinha que dar exemplo de tudo, eu não podia cometer muita traquinagem (rs...) porque não era um bom exemplo para minhas irmãs, tinha que ser sempre uma boa aluna. Eu entrei para a aula de piano, fui aprender uma língua estrangeira,

eram coisas que naquela época - que não é tão longe assim - não se dava grande importância, no máximo as filhas tocavam piano ou outro instrumento e nada mais. Mas eu sempre queria mais, eu aprendi inglês para que, caso eu quisesse ir embora do Brasil, tivesse como me virar. Eu nunca gostei de depender de nada e nem de ninguém. Eu sempre gostei de ser independente”.

INSCRIÇÃO PARA O CONCURSO DO MP FOI FEITA SEM ALARDE

Logo que terminou o segundo grau – na antiga Escola Técnica – ela conta que fez o vestibular para o curso de Direito, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), onde foi aprovada. “Nesta época eu já estava casada, pois me casei muito jovem. Durante a faculdade eu tive duas filhas, foi uma luta administrar família, maternidade e faculdade. Logo que eu me formei surgiu o concurso do Ministério Público e eu resolvi fazer para ver como era. Só que não comentei nada em casa. Vim, fiz minha inscrição, mas faltou um documento que eu não sabia. Passado uns três dias papai me ligou: minha filha você está inscrita para o concurso do MP? Não sabia se dizia sim ou não, porque eu tinha feito escondido. Falei: Por que papai? Ele respondeu: Porque você esqueceu de entregar um documento”.

A inscrição escondida foi para evitar a pressão em casa. “Porque eu não queria sofrer a pressão que eu imaginei que sofreria e, que claro sofri, não só dentro de casa, com ele em cima de mim falando o tempo todo para eu estudar, como fora, dentro da própria instituição existia uma cobrança por eu ser filha de um membro. Era uma cobrança dobrada em tudo, uma tensão, em cima de mim, uma fiscalização em cima da prova, mas no fim, graças a Deus, passei”.

Quando passou no concurso para o MP, Eunice Helena foi a promotora de Justiça mais jovem à época, de Mato Grosso. A idade mínima para ingressar na instituição era 25 anos e ela tinha 25.

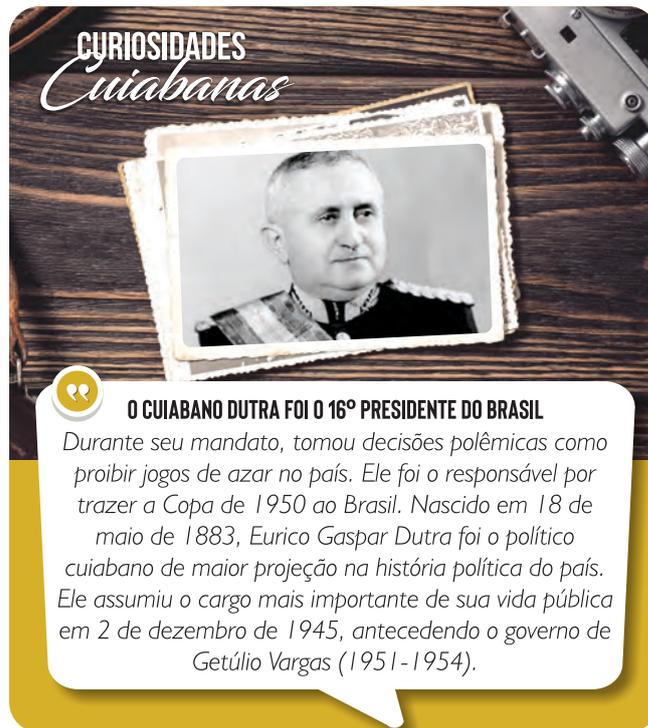
“Quando os advogados chegavam na comarca e me viam eles queriam me ensinar como eu devia fazer as coisas. Primeiro pelo fato de eu ser mulher e depois por ser muito jovem eles achavam que eu não tinha qualquer conhecimento jurídico, não tinha muita experiência, então eles tinham que me ensinar. Depois com o tempo eles foram vendo que nós mulheres quando saímos a luta temos que provar que somos capazes, com o tempo eu fui mostrando que aquilo que eles tinham tanto medo, tanto receio com relação a minha pessoa profissionalmente, era algo que não devia subsistir, porque eu provei que eu era capaz”.

“NÃO ME VEJO ENCAIXADA EM OUTRA PROFISSÃO QUE NÃO SEJA MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO”

A subprocuradora-geral de Justiça Administrativa ressalta que escolheu uma profissão que lhe traz felicidade. “Eu não me vejo encaixada em outra profissão que não seja membro do Ministério Público. Enquanto membro do MP eu pude ajudar famílias, ajudar pessoas, eu sempre fui apaixonada pelo Direito de Família e Sucessões. Nas audiências onde temos contato direto com a parte, temos a oportunidade de conversar, de advertir, de explicar a decisão que eles estão tomando, as consequências que aquilo vai trazer, um olhar para os filhos. O casal normalmente quando chega numa audiência de divórcio, de separação, um não quer olhar para a cara do outro, esquecem que formaram uma família, que eles têm uma história. Nas audiências eu sempre procurava fazer eles refletirem sobre isso e as decisões tornavam-se mais brandas, mais amigáveis. Eu saía da audiência com aquele sentimento de dever cumprido e pensando: nossa! fiz uma coisa boa hoje”.

Nestes 30 anos de Ministério Público ela destaca o crescimento da instituição. “Temos hoje um Ministério Público muito mais sólido, eu posso dizer isso com plena convicção porque eu acompanhei meu pai no início da instituição, ela era muito acanhada. A Procuradoria Geral de Justiça era instalada em uma das partes do pavimento superior do prédio onde aqui agora, funciona a Secretaria de Estado de Segurança Pública, os promotores de Justiça não tinham sede, ficávamos num quatinho que sobrava do Fórum: “Deixa esse aí para a Promotoria”.

Dentro do crescimento da Instituição, a subprocuradora cita a conquista das mulheres por um espaço que durante décadas foi ocupado apenas por homens. “Quando eu ingressei na instituição tinham poucas mulheres. Era uma profissão voltada para os homens, as pessoas não imaginavam uma mulher fazendo júri, por exemplo, hoje isso é comum. As mulheres foram ganhando espaço, foram se posicionando, foram humanizando a Instituição. Eu acho isso poderoso. A sociedade tem muito a ganhar com isso. Cuiabá ganhou muito com isso. Hoje as colegas, por exemplo, que atuam na violência doméstica, elas têm sensibilidade para atender uma vítima de violência doméstica, elas sabem tratar a situação de uma forma mais humanizada, não que o colega homem não tenha esse mesmo olhar, mas é diferente, o olhar feminino é mais sensível, a gente consegue captar coisas que o outro que está olhando acha que aquilo não têm importância”.



O CUIABANO DUTRA FOI O 16º PRESIDENTE DO BRASIL

Durante seu mandato, tomou decisões polêmicas como proibir jogos de azar no país. Ele foi o responsável por trazer a Copa de 1950 ao Brasil. Nascido em 18 de maio de 1883, Eurico Gaspar Dutra foi o político cuiabano de maior projeção na história política do país. Ele assumiu o cargo mais importante de sua vida pública em 2 de dezembro de 1945, antecedendo o governo de Getúlio Vargas (1951-1954).

EXPERIÊNCIA DE TRABALHAR COM O PAI CORREGEDOR FOI DESAFIADORA

A subprocuradora conta ainda como foi a experiência de trabalhar com o pai, o procurador de Justiça, Evaldo Duarte de Barros, que à época chegou a ser o corregedor-geral do MP. “Papai sempre foi um ídolo para todas nós, as quatro filhas, os netos... eu me emociono quando eu falo do meu pai porque ele é uma pessoa espetacular”, relata Eunice Helena com a voz embargada. Porém, ela respira fundo e continua. “Foi difícil trabalhar com ele, na verdade um desafio, porque ele exigia de mim mais do que ele exigia dos outros. Era uma exigência dobrada, principalmente no período em que ele foi corregedor. Isso ele sempre teve conosco, as filhas, sempre tivemos esse tipo de cobrança dele, de sermos pessoas íntegras, sérias, que levássemos a sério a profissão que abraçamos. Qualquer orientação profissional que precisávamos nós recorriamos a ele”.

No início da carreira de promotora de Justiça Eunice Helena foi para o interior do Estado acumulando os trabalhos das comarcas de Rosário Oeste e Nobres. “Eu fui e minhas filhas ficaram em Cuiabá. Minha filha caçula, na época, tinha febre cada vez que eu ia. Mamãe ligava falando ela teve febre de 40 graus, meu coração ficava partido. O que eu ia fazer? Às vezes eu conseguia levá-la. Lá ela tinha febre com saudades da avó.

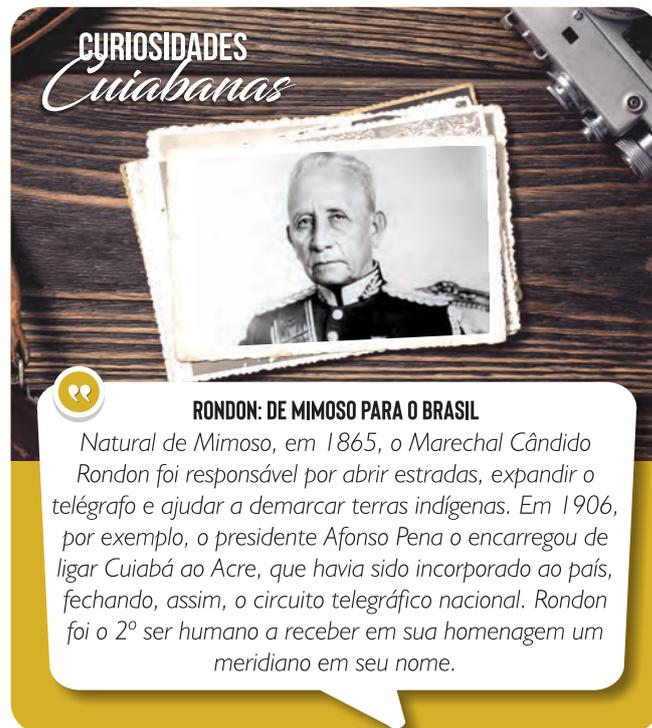
Era aquela coisa, e assim o tempo foi passando. Às vezes eu a levava para o Fórum, ela ficava lá sentadinha numa cadeira enquanto eu trabalhava. Como tantas mães eu já levei meus filhos para o trabalho sim”.

PRIMEIRO PARECER FAVORÁVEL PARA TRANSSEXUAL MUDAR DE NOME EM MT FOI CONCEDIDO POR UMA MULHER

Entre os momentos marcantes da carreira, a subprocuradora não esquece a primeira ação de transsexual que teve em Mato Grosso. “Ela caiu nas minhas mãos. O primeiro parecer favorável para que um transsexual mudasse de nome fui eu quem dei. Na época foi uma polêmica no Ministério Público. Chegou no ouvido do pessoal que tinha essa ação e foi aquele burburinho: nossa! como a Eunice vai fazer? Pode ou não pode? E eu dei o parecer favorável. Um parecer longo que depois foi para faculdade para estudo entre os alunos. Foi uma quebra de paradigmas. Depois conheci o transsexual, a



Eunice Helena Rodrigues de Barros, com o pai Evaldo Duarte de Barros, Procurador de Justiça aposentado.



RONDON: DE MIMOSO PARA O BRASIL

Natural de Mimoso, em 1865, o Marechal Cândido Rondon foi responsável por abrir estradas, expandir o telégrafo e ajudar a demarcar terras indígenas. Em 1906, por exemplo, o presidente Afonso Pena o encarregou de ligar Cuiabá ao Acre, que havia sido incorporado ao país, fechando, assim, o circuito telegráfico nacional. Rondon foi o 2º ser humano a receber em sua homenagem um meridiano em seu nome.

mulher veio falar comigo emocionada com o parecer que dei e depois com a decisão da hoje desembargadora Clarice Claudino da Silva. Isso me marcou muito. Foi uma ação que eu senti que mudei a vida de alguém, para melhor. Ela estava se sentindo uma cidadã. Ela tinha um documento com nome de homem, mas as características físicas todas femininas e aquilo a constrangia. Era muito difícil pra ela. Marcamos esse ineditismo em Mato Grosso”.

PROCURADORA TROUXE PARA A PROFISSÃO UM POUCO DO ESTILO CUIABANO DE SER

A subprocuradora destaca que buscou trazer para sua vida profissional um pouco da cultura e do seu estilo cuiabano. “O cuiabano é naturalmente hospitaleiro. Eu cresci dentro deste contexto e procurei trazê-lo para meu ambiente de trabalho. Vejo que meu jeito cuiabano de ser contribuiu de forma positiva para a formação do meu caráter. Eu não trato de forma diferenciada as pessoas que trabalham comigo, como se eu fosse uma superior. Meus assessores têm a liberdade de falar se estão com algum problema, eu tento ajudar, resolver. Eu falo pra eles: eu quero qualidade. Não me preocupo com números, eu me preocupo com trabalho muito bem-feito. Algumas vezes eu preciso ficar até as 19 horas, por exemplo, pois estou com um trabalho que está me tirando o sono. O



José Antônio Borges Pereira, Procurador-Geral de Justiça e Eunice Helena Rodrigues de Barros, Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

que tira o meu sono, tira o sono deles também, porque eles se preocupam junto comigo. Há esta ligação, quando a gente se reúne para conversar sobre determinado processo, como vamos fazer, como está a jurisprudência disso, todos participam. Eu acho isso importante”.

Ela destaca que uma das suas assessoras a acompanha há 20 anos. “Pra você ver, não sou tão difícil assim, pra estar comigo há 20 anos, a gente se entende... (rs...). Eu gosto de conversar com as pessoas, de chamar pelo nome, de conhecer, não gosto de chamar a atenção na frente dos outros e ser aquela pessoa de querer humilhar, massacar, eu chamo a atenção, porém de forma educada. Eles sabem da responsabilidade deles. Por ter esse trato mais amistoso é que eles cuidam tanto dos meus prazos. Eles prestam atenção em tudo o que eu faço. Uma coisa que eu corrijo hoje eu não preciso corrigir amanhã de novo, a mesma coisa, porque eles já aprenderam. Essa “cuiabanidade” passa por isso, porque temos a necessidade de ter esse contado mais próximo das pessoas, eu não gosto de distanciamento. Penso que é possível conciliar sem alterar a voz, sem humilhar ninguém”.

No cargo de subprocuradora administrativa, Eunice Helena destaca que tem procurado trabalhar cada vez mais para melhorar a instituição. “Não acho penoso vir trabalhar aqui. É prazeroso poder vir para cá todos os dias e ajudar a melhorar a vida das pessoas às vezes fazendo algumas mudanças para

deixar o local melhor, para deixar os servidores num ambiente mais confortável e acolhedor. Uma das minhas tarefas aqui é escutar a todos. As pessoas ficam felizes por estarem sendo ouvidas. Eu ouço muito. Eu paro para ouvir, se tem qualquer queixa, qualquer reclamação. Eu procuro apurar ver o que está acontecendo, procuro solucionar. A pessoa fala: puxa eu sou ouvida, sou importante, não sou mais um. Aqui ninguém é mais um pra mim, cada um é um., é único Eu tenho essa espontaneidade cuiabana (rs...)”.

Para a cidadã e a profissional Eunice Helena a sua homenagem à Cuiabá é de gratidão, “por ter me proporcionado tudo o que tenho. Aqui pude exercer a profissão que eu amo e criar meus filhos, acredito que os criei bem, são pessoas íntegras, pessoas que tiveram uma infância saudável por morarem em uma cidade que me ensinou a ser como eu sou, essa pessoa mais amorosa, mais calorosa, muito sensível, qualquer coisa eu choro, se vem me contar uma história triste eu choro junto com a pessoa, mas eu não quero perder essa minha essência, eu gosto de ser cuiabana, gosto de ser assim. Eu tenho orgulho de ser um cuiabano, de Tchapa e cruz eu confesso e não me engano”.



Eunice Helena Rodrigues de Barros, Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa e Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República

MPMT REALIZOU O PRIMEIRO CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES EM 1996

A Constituição Cidadã conferiu ao Ministério Público status inexistente na ordem jurídica anterior. O órgão passou a ser essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para que a instituição pudesse cumprir esse novo papel foi preciso reestruturá-la, principalmente no setor de recursos humanos. Atento a esse momento de transformação, o Ministério Público de Mato Grosso realizou, em 1996, o primeiro concurso público da instituição para a efetivação de servidores. Os aprovados tomaram posse no ano seguinte.

No dia 01/08/1997 Walmir Fortes Guia tomou posse como servidor do MPMT. O ingresso na instituição aconteceu por necessidade. Estudante da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Walmir conta que precisava trabalhar para se manter. “Foi neste momento que surgiu o concurso, eu vi ali uma oportunidade de ter um trabalho fixo. Fiz então a



Walmir Fortes Guia, técnico administrativo. Aprovado em 1997 no primeiro concurso para servidores do MPMT.



ESTRUTURA DA PONTE DE FERRO VEIO DA FRANÇA

A Ponte de Ferro foi concluída em 20 de junho de 1896, no governo de Antônio Corrêa da Costa. A estrutura metálica foi toda importada da França e o projeto da ponte obedecia ao mesmo sistema da Torre Eiffel. A ponte foi um marco nas relações comerciais de Mato Grosso, viabilizando a entrada de capitais, mercadorias, técnicos e imigrantes europeus e era, desde então, o elo da emergente cidade de Cuiabá com o restante do país.

inscrição e, felizmente, fui aprovado em 1997 no primeiro concurso para servidores do MP”.

De acordo com ele, naquele momento 86 pessoas passaram na primeira fase. A segunda fase era um teste de datilografia, onde a maioria reprovou. “Nesta etapa pouco mais de 20 passaram. Muitos que passaram acabaram saindo depois, por conta do salário, que era muito baixo. Nesta época eu recebia R\$ 250,00 e ainda tinha os descontos da previdência. No final eu recebia líquido R\$ 220,00. Muitos tinham que complementar a renda. Eu por várias vezes pensei em sair, porque eu pagava para trabalhar. Às vezes eu ia a pé, porque não tinha combustível no carro, eu fiquei porque eu persisti. Dois anos depois, quando eu passei o estágio probatório, ganhei um cargo, chefe de assistente de gabinete, então meu salário aumentou. Quando eu consegui o cargo é que as coisas passaram a melhorar”, lembra.

Walmir começou a trabalhar na Curadoria do Patrimônio Público, que funcionava atrás onde hoje é o Hotel Paiaguás, no bairro Bosque da Saúde. “Foi nesta casa que a Promotoria dos Interesses Difusos e Coletivos: Patrimônio Público, Cidadania, Consumidor, Meio Ambiente, começou. No ano seguinte nos mudamos para o prédio ao lado da Fundação Escola, no bairro Bandeirantes, também um imóvel alugado. Lá eu trabalhava das 8 às 14 horas, porque tinha apenas dois computadores na coordenação, nós tínhamos que revesar. Após às 14 horas chegava a outra turma. A estrutura era bem precária, mas era o que tínhamos para sobreviver”.



Solenidade de colação de grau no curso de Ciências Contábeis.

Mesmo diante das dificuldades, no bairro Bandeirantes a estrutura melhorou. Os promotores passaram a ter gabinetes. “Foi nessa época que o dr. Edmilson da Costa Pereira foi coordenador da Promotoria. Ele que idealizou o Disque Cidadania, foi ideia dele. Era um canal de comunicação do cidadão com o Ministério Público. É como se fosse nossa Ouvidoria hoje, foi um embrião. Eu não tinha muito conhecimento das atividades, das atribuições do Ministério Público, mas passei a conhecer e a aprender na prática”.

PROJETO ‘QUINTA CIDADÃ’ APROXIMOU POPULAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Nesta mesma época foi criado o projeto “Quinta Cidadã”, realizado nos bairros carentes de Cuiabá. “O projeto consistia em ouvir as demandas do cidadão. Nós orientávamos as pessoas de acordo com as demandas que elas traziam até nós. Desta maneira a população foi, aos poucos, conhecendo o trabalho do Ministério Público, o papel da Instituição. Nós fazíamos esse trabalho junto com os presidentes de bairro. Era um trabalho corpo a corpo. Nós entregávamos panfletos e usávamos o carro de som nas ruas para chamar as pessoas. Ia muita gente. A promotoria toda ia para ajudar no atendimento. Cada semana em um bairro. Aos poucos o MP foi tendo visibilidade e ganhando credibilidade, o trabalho foi melhorando e a eficiência aumentando”.

De acordo com ele, as principais demandas trazidas pela

população eram com relação a saúde e educação. “Mas atendíamos de tudo, até briga de vizinhos chegava para nós resolvermos. As orientações eram de coisas básicas também. As pessoas não tinham noção de onde ir buscar uma certidão de nascimento, por exemplo, que é gratuita, por não saber como proceder. Nós orientávamos, demandávamos, mandávamos ofício para que o problema fosse resolvido. Nós direcionávamos. Ninguém ficava sem resposta. A Quinta Cidadã era a principal porta de entrada das demandas do cidadão cuiabano”.

Projetos como este deram visibilidade à população. “As demandas aumentaram, mas o Ministério Público não ficou parado, aumentaram também os investimentos, nas gestões do dr. Paulo Prado, por exemplo, houve um processo de reestruturação do MP. Foram feitos investimentos em tecnologia, em novos prédios, em capacitação, em cursos, em equipamentos mais modernos, ai foi um buuummm. A partir daí o MP só foi crescendo, ganhando visibilidade. Hoje o Ministério Público é muito diferente da instituição que eu ingressei. O MP não ficou estagnado, parado no tempo, ele cresceu junto com Cuiabá. Essa procura por parte da população exigiu que o MP passasse por essa mudança”.

A cidade foi crescendo e se modernizando e o Ministério Público também. Além das atuações da Instituição nas mais diferentes áreas em benefício de Cuiabá, hoje as pessoas sabem muito mais da importância do MP. “Eu acredito que o

MP conseguiu essa credibilidade junto à população pelas respostas dadas à sociedade, em todas as suas ações. O trabalho do MP é necessário. Não tem como pensar a sociedade hoje sem a atuação do Ministério Público”.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas no início da carreira Walmir afirma que faria o concurso novamente. “O MP representa pra mim tudo o que eu tenho. Tudo o que eu tenho é daqui que vem. Representa reconhecimento, aprendizado e amigos. Eu tive a sorte de sempre trabalhar com pessoas de boa índole, competentes, que sempre somaram e agregaram para mim, pessoas que vestem a camisa do MP, que se doam, Tenho orgulho de há 22 anos fazer parte desta instituição”.

Filho mais velho de uma família de quatro irmãos, Walmir se intitula um legítimo “pé fincado”. “Me orgulho de ser um pé fincado. Nasci, cresci e aqui escolhi para viver. Tive uma infância feliz em Cuiabá, em meio a uma família grande. Naquela época todo mundo se conhecia. Todo mundo cuidava de todo mundo, cuidava até da vida alheia (rs...) Ficaram na memória as boas lembranças da minha infância em Cuiabá. Eu me orgulho de ser um cuiabano de Tchapa e Cruz”, finaliza. **M**



CURIOSIDADES Cuiabanas

CUIABÁ JÁ FOI UMA DAS CIDADES MAIS POPULOSAS DO PAÍS
Após a descoberta das pepitas, de 1722 a 1726, houve uma “explosão” populacional motivada pela febre do ouro que dividia espaço com o cultivo para abastecer os que povoavam às ricas redondezas. O perfil popular na região variava entre indígenas, afrobrasileiros ou mineradores, tropeiros e monçoeiros.

MEMÓRIAS EM VÍDEO

Confira as entrevistas especiais em comemoração aos 300 anos de Cuiabá

Posicione o seu celular no QR Code e assista as entrevistas

Minha História

Goiano, nascido em Paraúna, no dia 07 de abril de 1945. Meus pais, Joaquim Martins do Prado e Maria Antônia Firmino, são oriundos do Estado de Minas Gerais, dos municípios de Araguari e Dorés de Indaiá, respectivamente.

Indubitavelmente a educação recebida por intermédio dos meus pais, demais familiares e dos professores influenciaram de maneira decisiva em minha personalidade, atitudes, decisões pessoais e opções. Recebi também uma forte influência do movimento escoteiro, pois o seu programa educativo atua em todas as áreas de desenvolvimento físico, intelectual, social, afetivo, espiritual e de caráter.

Possuo seis filhos e seis netos, que representam as maiores razões da minha vida.

Cursei o antigo Ensino Primário na Escola Municipal Tenda do Caminho, em 1954, no município de Goiânia, bairro Vila Nova. Ainda em Goiânia cursei o antigo Ginásio, na Escola denominada Ginásio Municipal de Goiânia, concluindo essa etapa em 1965.

Na cidade satélite de Taguatinga (DF) frequentei o ensino médio, no Centro de Ensino Médio Ave Branca, no período de 1969 a 1971. De 1973 a 1977 cursei o ensino superior na Faculdade de Direito de Anápolis (GO). Antes de ingressar no quadro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, dediquei-me aos trabalhos da advocacia, em Anápolis.

Movido pelo ideal quanto a defesa da democracia e direitos do cidadão envidei todos os esforços no sentido de ingressar na carreira, fui aprovado em concurso de provas e títulos, no cargo de Promotor de Justiça, sendo nomeado em 02 de dezembro de 1983.

Tinha uma expectativa muito positiva em relação a Instituição, embora fosse vista pela sociedade somente como um órgão de acusação.

Naquela época esperava muito mais, faltou assistência, estrutura física, acreditava que o Estado pudesse oferecer um maior e melhor suporte para o exercício da profissão, em defesa da sociedade.

Antes mesmo de ingressar na faculdade de direito, já pretendia ser Promotor de Justiça incentivado por um amigo, o Procurador de Justiça Dr. Benedito Eloy Vasco de Toledo.

Aprovado em concurso a que me submeti, fui nomeado em 02.12.1983 para exercer o cargo de Promotor de Justiça na

POR SILVIO MARTINS DA SILVA

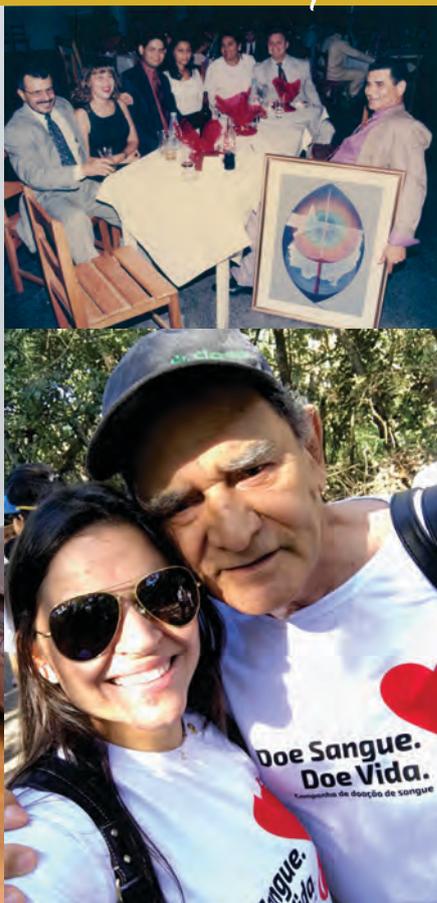


comarca de Barra do Bugres, 1ª entrância. Exercia as atribuições nessa comarca em que era titular e auxiliava nas comarcas de Diamantino, Colíder, Rosário Oeste e Tangará da Serra. Na comarca de Barra do Bugres realizava atendimentos aos cidadãos na área extrajudicial.

Fui eleito o Presidente da Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual "Júlio Müller", onde tive a oportunidade, de junto a comunidade escolar, realizar uma grandiosa festa junina em 1984, cuja arrecadação foi suficiente para disponibilizar água filtrada para consumo dos alunos, professores, comunidade escolar e ainda foram adquiridos e instalados ventiladores em todas as salas de aula. Tive a possibilidade de organizar um time de futebol com os alunos, para evitar a entrada e a incidência do vício do álcool e outras drogas, sempre interagindo com os alunos na condição de técnico. Ainda na comarca de Barra do Bugres criei um Grupo

no Mpmat

Minha História no Mpmat



para Tratamento dos Alcoólatras.

Promovido para a Comarca de Barra do Garças, por ato governamental de 08/10/1985, assumi a vaga deixada pelo colega Guiomar Teodoro Borges, desempenhei as atribuições junto a Vara do Tribunal do Júri e a 3ª Vara Cível, fui designado para responder concomitantemente, pelas Promotorias de Justiça das Comarcas de São Félix do Araguaia e Nova Xavantina. Em Barra do Garças consegui organizar um grupo para atendimento e tratamento de Alcoólatras.

Fui promovido para a Promotoria de Justiça da Comarca de Rondonópolis e por portaria permaneci respondendo pelas Promotorias de Justiça das Comarcas de Barra do Garças, São Félix do Araguaia e Nova Xavantina.

Fui promovido por merecimento da Comarca de Rondonópolis em 10.03.1987, para a Comarca de Cuiabá, e

ainda designado por portaria, permaneci nas Comarcas supracitadas até o dia 29 de novembro de 1987.

Em 05 de dezembro de 1987, assumi na Comarca de Cuiabá as atribuições junto a 3ª Vara Criminal. Iniciei um outro trabalho, fui designado Coordenador da Coordenadoria de Ações Penais na Comarca da Capital. Instalei e fiz a coordenadoria funcionar. Realizei mutirões para zerar os Inquéritos Policiais que estavam acumulados nas Varas. Além de atuar junto à Coordenadoria de Ações Penais, instalei a Coordenadoria de Ações Cíveis da Capital.

Pela experiência adquirida na esfera do Tribunal do Júri, sempre considerei que o julgamento feito pelos jurados é mais acertado que o realizado pelo juiz togado.

Em 26 de março de 1992, por ato do Governador do Estado, aposentei no cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Cuiabá, Entrância Especial.

Antes de me aposentar, juntamente com mais 11 colegas, criamos um consórcio de um veículo gol, zero quilômetro, a partir desse momento iniciamos o planejamento para a criação de uma Cooperativa de Crédito, o que só foi viabilizada no final de 1999 após uma reunião presidida pelo Promotor de Justiça José Antônio Borges Pereira, com a participação de aproximadamente 20 colegas. Esta ideia foi solidificada no ano 2000 numa Assembleia Geral, com a autorização para efetivar a criação da Cooperativa. Foi escolhido o Sistema SICREDI para participarmos e não sermos uma Cooperativa "solteira".

Consolidada a criação e implantação, passei a desempenhar a função de Conselheiro de Administração e praticamente, fazendo a Cooperativa funcionar. Posteriormente, fui eleito Presidente da Cooperativa de Crédito dos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

Em 2011, esta Cooperativa realizou a fusão com a COOPERATIVA SICREDI NORTE e em 2013 ocorreu a fusão com a SICREDI Lucas do Rio Verde, recebendo a atual denominação de SICREDI OURO VERDE, onde permaneço como Conselheiro de Administração até a presente data, com mandato até o ano de 2021.

Finalmente, deixo a mensagem aos membros e servidores em atividades e para os que futuramente ingressarem na Instituição: que desempenhem as suas atribuições com honestidade, competência, dedicação, que estejam sempre em defesa dos mais lícitos interesses da sociedade, do bem e da Justiça. **M**



Masci no município de Dracena, Estado de São Paulo, em 09.07.1956, filho de Severino Amaro Pereira e Eny Taveira da Costa Pereira.

Primogênito de uma família de seis irmãos, filho de casal Pernambucano que migrou para o Estado de São Paulo e depois para Mato Grosso, em busca de oportunidades. Pai caminhoneiro e mãe do lar.

Sou cuiabano por opção. Vivo na capital do Estado de Mato Grosso desde os 6 anos de idade (antes de Cuiabá, moramos aproximadamente 2 anos em Rondonópolis). Cresci no bairro Poção e tive toda minha infância em meio à gente humilde que habitava os bairros que hoje integram o grande Dom Aquino (Ana Poupino, Poção, Cruizinha, Barcelo, Areal, Campo Velho...). Casei em 1976 com Antonia Soares da Costa no Santuário Maria Auxiliadora em Cuiabá. Tivemos três filhos. Todos seguiram a carreira jurídica. Wagner Soares da Costa é Juiz no Estado do Pará; Janaína Soares da Costa é advogada e escritora e o mais novo, João Ricardo Soares da Costa, é Promotor de Justiça na Bahia.

Comecei a alfabetização na escola que funcionava aos fundos da igreja católica São José Operário, na Cruizinha. O ensino formal (primário de 1 a 4) foi concluído na Escola Estadual Maria Elisa Bocaiuva, no Morro do Tambor, bairro Barcelo, em 1968. Em 1969, comecei a estudar, como bolsista, no Colégio Salesiano São Gonçalo e concluí o antigo ginásio na Escola Estadual José Estevão, no bairro do Baú, por volta de 1973. O segundo Grau na Escola Estadual José Barnabé de Mesquita, curso de eletrotécnica, realizado em intercomplementaridade com a Escola Técnica Federal, concluído em 1977.

A partir de 1980, comecei o ensino superior. O primeiro curso foi de História. Em 1982, em face da impossibilidade de conciliar o curso de história com o trabalho – as matérias eram todas no período diurno – fui obrigado a prestar novo vestibular para Direito. Concluí em 1986.

Realizei duas Pós Graduações. A primeira, na Universidade Nacional em Brasília – curso Direito Sanitário, formatado para

integrantes do Ministério Público Brasileiro e da Magistratura, em parceria com a FIOCRUZ, e a segunda, pela Escola Superior do Ministério Público, parceria com a UNIC.

Trabalhei no Sistema Brasileiro de Extensão Rural – ACARMAT, EMATER, EMPAER - de 1969 (com 13 anos), até 1989 quando ingressei no Ministério Público.

Na faculdade, as informações colhidas sobre o Ministério Público foram aquelas relacionadas à atividade judicial como “custos legis” e “dono da ação penal”. Nada empolgante. Em 1988, frequentei uma loja maçônica que tinha como integrante o ilustre Dr. Egidio, com quem, trocando ideias sobre a Constituição que acabava de ser promulgada, concluíamos que a instituição Ministério Público iria, nos próximos 20 anos, experimentar substancial crescimento em sua estrutura e na repercussão social de seu trabalho. Por isso, resolvi enfrentar o primeiro concurso para Promotores de Justiça após a Constituição de 88.

Nunca pensei em ser Promotor de Justiça. Pretendia exercer a advocacia privada no interior mato-grossense. Não tive a influência de nenhum familiar para tomar essa decisão. Quando realizei o concurso já era casado, com três filhos, e pretendia proporcionar a todos melhor qualidade de vida. Exercia cargo razoável na EMATER, onde tive uma carreira próspera, iniciando a trabalhar como Office-boy (na época integrava a guarda-mirim); auxiliar administrativo; assistente administrativo; gerente administrativo; chefe da área de produção de material audiovisual e chefe de gabinete. Ainda

assim, não me conformava com as inconstâncias políticas e decidi que deixaria o serviço público para advogar no interior. Antes, porém, planejei fazer o concurso para Promotor de Justiça para adquirir maior experiência na área e depois empreender meus planos. Não imaginava que o Ministério Público iria se misturar com o sangue que corre em minhas veias e abandonei a ideia de exercer a advocacia privada.

Ingressei na instituição em julho de 1989. Trabalhei em Alto Araguaia até janeiro de 1990. Fiz alguns júris; cumpri as rotinas judiciais e despachei procedimentos que estavam acumulados. Nesse período de pouco mais de 6 meses, respondi, também, por Alto Garças. Ainda no primeiro semestre de 1990 assumi a Promotoria de Justiça Criminal de Colíder. Na época, a Comarca era muito grande (Terra Nova, Peixoto de Azevedo, Nova Canaã, Matupá, Guarantã do Norte, Itaúba e Marcelândia integravam a Comarca) e haviam muitos processos criminais. Muitos júris e processos criminais diversos. Ainda assim foi possível realizar os primeiros trabalhos com a nova visão do Ministério Público. Atendíamos muitas pessoas e diversos segmentos da sociedade. Em 1993 fui removido, a pedido, para Tangará da Serra, onde fiquei, na área cível, pouco mais de um ano, tendo sido convocado pelo Corregedor-Geral da época, Dr. Atilio Ourives, para ajudar na montagem dos Juizados Especiais em Cuiabá, tarefa que compartilhei com o colega Promotor de Justiça Gerson Natalício Barbosa.

Essa situação – Promotor de Justiça de Tangará da Serra,





designado para atuar em Cuiabá, perdurou por alguns anos. Formalmente, fui promovido para as Promotorias de Justiça de Rondonópolis (3ª entrância) e Várzea Grande (entrância especial), mas, face à grande demanda de feitos, só deixei o trabalho nos Juizados Especiais em 1.996 para ocupar, por remoção, a 7ª Promotoria de Justiça Criminal em Cuiabá. Em 1998, fui novamente removido, desta feita, para um novo desafio – implantar a Promotoria de Justiça Especializada em Defesa da Cidadania.

Em Cuiabá, tive intensa atuação na área extrajudicial, notadamente nas áreas de saúde e educação. Exemplo: o trabalho desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal denominado QUINTA CIDADÃ, consistente em presença nas escolas municipais todas as quintas feiras; criação do modelo de Promotorias Comunitárias em Cuiabá; atuação em conjunto com setores das gestões estadual e municipal e do Judiciário para facilitar o acesso da população à Justiça e dedicação especial ao trabalho com pessoas idosas e com deficiências, ajustando condutas e promovendo medidas relacionadas à acessibilidade no meio urbano e adequação de ambientes públicos

Fui promovido para Procurador de Justiça em 2005 e exerci o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público de 2007 a 2011.

Na Corregedoria-Geral, uma nova modalidade correccional foi implantada, valorizando as ações orientativas.

Houve a realização de audiências públicas nas correições ordinárias para ouvir a população em relação ao trabalho do Ministério Público, a criação de normativos para regularizar a atividade correccional, a introdução de sistema de

acompanhamento permanente do trabalho dos Promotores de Justiça Substitutos e a exposição grupal das atividades desenvolvidas durante o estágio probatório em audiência com os integrantes do CSMP e demais componentes da instituição.

Atualmente, ocupo a Procuradoria Especializada em Defesa da Cidadania, destacando, dentre outros, os seguintes trabalhos: capacitação de conselheiros de saúde para o exercício do controle social da política pública em referência; criação de “kits” para auxiliar o trabalho das Promotorias de Justiça nas áreas de Defesa do Consumidor, da Saúde, Pessoa com Deficiência, Educação e Idoso/Pessoa com Deficiência e produção de indicadores de resultados na área da cidadania e capacitação de membros e servidores sobre o tema.

Acredito que a administração pública brasileira e, nesse contexto, o Ministério Público, tem sofrido substancial melhoria em sua estrutura. Alguns setores da administração, por inércia de dirigentes, padecem de irregularidades e outros, em face da crescente demanda, não conseguem estabelecer parâmetros adequados para prestação de serviços à comunidade, com a eficiência determinada pelo marco constitucional.

No que tange ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o perfil diferenciado de seus gestores – integrantes da carreira, comprometidos com a efetiva defesa da sociedade – viabilizou a maximização dos recursos reservados por força dos normativos legais – autonomia financeira – de modo a implantar uma estrutura que responde aos interesses sociais. Sedes próprias, equipamentos, pessoal de apoio, incremento nos quadros etc., sempre foram prioridades institucionais desde o primeiro dia que ingressei na instituição, no distante ano de 1989. **M**

Cuiabá 300 anos

um Revival





JOÃO BATISTA DE ALMEIDA

PROCURADOR DE JUSTIÇA DA 3ª PROCURADORIA CRIMINAL

“O mundo é grande pra nós tudo. Cada um recorda na cabeça o que vem, o que pode falar pro outro. O sujeito pega, fica com ele ali. Pode contar.
(anônimo, apud, Maria Francelina Ibrahim Drummond, in, Do Falar Cuiabano).

Os fatos quando registrados não sucumbem sob a névoa do esquecimento. De modo que, olhos, mente e ouvidos são como um relicário a guardar o tempo e os fatos nele vividos, de maneira a perpetuá-los, pela oralidade e pela escrita, para que possam ser transmitidos às gerações futuras.

Lugar e tempo compõem, com os fatos, aquilo que chamamos de história. Portanto, é a história desse lugar chamado Cuiabá e desse tempo de trezentos anos de sua existência que, de maneira fragmentária, buscarei rememorar.

Cuiabá é considerada como sendo o marco geodésico da

CUIABÁ

300 ANOS. U

América do Sul, situado no antigo Campo D'Ourique, onde hoje está localizada a Câmara Municipal.

O seu nome deriva-se, provavelmente, da palavra bororo *ikiuapa*, que significa “lugar da *ikuia*” (flecha-arpão), ou seja, lugar no qual os bororos costumavam pescar com esse tipo de flecha no córrego da Prainha. (cf. César Albisetti e Ângelo Venturelli, Enciclopédia Bororo, v. I, 1962, apud, Claudio Quoos Conte e Marcus Vinicius De Lamônica Freire, in, Centro Histórico de Cuiabá – Patrimônio do Brasil, Ed. Entrelinhas, 2005).

Com a decadência da exploração aurífera, Cuiabá regrediu populacionalmente, estacionando no tempo e no espaço na sua existência como Vila e como cidade, durante dois séculos. Isolada do restante do país, seu dia a dia transcorria na velocidade de uma moenda de engenho movida por tração animal. Esse isolamento fez com que surgisse um dialeto próprio, o falar cuiabano.

Esse falar cuiabano, conforme Franklin Cassiano da Silva, é originário da pronúncia de caipiras do interior paulista e transplantada para cá pelos bandeirantes. Pronúncia na qual se carrega na entoação das letras x, j, g e ch, antecedidas das letras t e d. (Subsídios para o estudo de Dialectologia em Mato Grosso, apud, Maria Francelina Ibrahim Drummond, in, Do Falar Cuiabano, Cadernos Cuiabanos nº 5, 1978). De modo que, exemplificando, a seguinte frase popular cuiabana seria pronunciada dessa forma: dJuca, não detxa catchorro tchupa cadjú, catchorro que tchupa cadjú arrasta o cu no tchão.

Embora muito receptivo e amigável com as pessoas que aqui chegam com disposição de permanência ou não, o cuiabano adquiriu certo preconceito em relação àqueles não nascidos em Cuiabá (provavelmente em face das zombarias deles aos costumes e ao falar do cuiabano), fato este que originou a expressão “pau rodado”, para contrapor à expressão “de tchapa e cruz”, esta, atribuída aos cuiabanos nativos e, reza a lenda, seriam aqueles nascidos na Santa Casa de Misericórdia,

ABÁ, UM REVIVAL

à época administrada pelas freiras salesianas, que colocavam nos recém-nascidos um cordão com uma pequena chapa de metal inscrita com o nome para evitar trocas e, ainda, um cordão com um crucifixo, daí a expressão “tchapa e cruz”. Muitos forasteiros sentiam-se discriminados com essa expressão “pau rodado” (que no fundo era dita como gozação em contraponto às chacotas aos cuiabanos). Essa expressão encontra-se bastante difundida pela bela música de “protesto”, de autoria de Pescuma e Pineto, na interpretação de Pescuma e Henrique e Claudinho, intitulada “Rasqueado do pau rodado”:

Não aguento mais ser chamado de pau rodado

Já tomo licor de pequi, já danço o siriri

Como bagre ensopado

Sou devoto de São Benedito

Até já danço o rasqueado

Adoro banho de rio, vou direto pra Chapada

Na noite cuiabana tomo todas bem geladas

Sou viciado no bozó, pescaria e cururu

Tomo pinga com amargo

Como cabeça de pacu

Eá, eá, eá, eá, só não nasci em Cuiabá

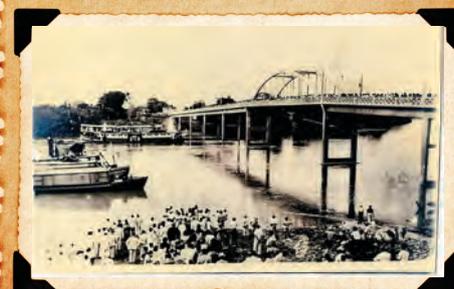
Mas no que eu cresci

Meu bom Jesus mandou buscar.

No campo da música, Cuiabá viveu intensa atividade de artistas nas décadas de 1950/60 e que se estende até hoje, e nelas se destacaram e se destacam, Ivonildo Gomes de Oliveira, o Mestre China, o rei do saxofone, reconhecido como um dos maiores músicos de Mato Grosso. Francisco José Penha, o Chico Penha, exímio no pistom ou trompete, criou a Ordem dos Músicos do Brasil, em Cuiabá. Roberto



IGREJA DE SÃO GONÇALO.
ACERVO FR. AMBRÓSIO - COLEÇÃO 1910/1920



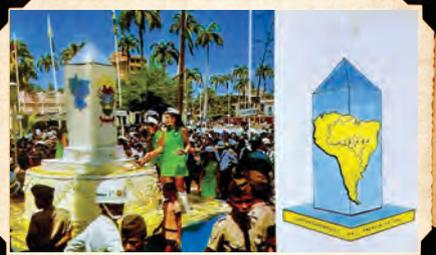
PONTE JULIO MÜLLER-08.04.1950- CHEGADA DE
LANCHAS EM CUIABÁ-ACERVO FAMÍLIA MIGUEIS



PRIMEIRA TORRE SINEIRA - DATA DE 1769



CARNAVAL DE 1924 -
ACERVO DA FAMÍLIA RODRIGUES



BOLO DOS 250 ANOS DE CUIABÁ



ANTIGO CINE TROPICAL



**DESFILÉ DOS 250 ANOS DE CUIABÁ
ACERVO-CARLINA RABELO LEITE**



**EDIFÍCIO MARIA JOAQUINA -
PRIMEIRO EDIFÍCIO RESIDENCIAL DE CUIABÁ**

Lucialdo, compositor de lindas músicas de rasqueado. Moisés Martins, escritor, compositor de diversas músicas que enaltecem as coisas cuiabanas. Sobressaem, ainda, Vera Capilé, Dunga Rodrigues, Guapo, João Eloy, Vera e Zuleika e os já mencionados Pescuma e Henrique e Claudinho. Na década de 1960 surgiu a primeira banda de rock de Mato Grosso, "Jacildo e seus Rapazes", composta pelos instrumentistas Jacildo, Neurozito, João Bolinha e Formiga e os vocalistas Juarez Silva e Marcinha.

Na área de comunicação, a primeira emissora de televisão inaugurada em Cuiabá ocorreu em 1969, a TV Centro América, e que foi inaugurada pela dinâmica Antonieta Ries Coelho, que ficou à frente de sua direção por algum tempo.

No setor teatral Cuiabá é bastante profícua. Um grande nome, como teatróloga e musicista, é o de Zulmira Canavarros, uma mulher à frente do seu tempo. Hoje é nome do belo teatro da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e personagem principal do livro "Zulmira Canavarros, a Egéria Cuiabana", de autoria do escritor e historiador Benedito Pedro Dorileo. Outros nomes de destaque: Amaury Tangará; Glorinha Albuês; Lúcia Palma; Luís Carlos Ribeiro e Flávio Ferreira.

Os cinemas de rua, antes do surgimento dos Shoppings, foram abundantes em Cuiabá, contados em dezenas, entre os quais cito os principais: Cine Teatro Cuiabá (1942), ultramoderno para a época, Cine São Luiz (1958), Cine Bandeirantes (1963) e Cine Tropical (1965), este, um dos melhores do país. Destes, apenas o Cine Teatro Cuiabá continua em atividade.



TELÉGRAFO DE CUIABÁ-1914

Há em funcionamento, o Cineclub Coxiponés, da UFMT e o CineSesc do Sesc Arsenal (local onde funcionava o Arsenal de Guerra), no Porto.

Na década de 1960 e o início da década de 1970, as noites cuiabanas eram efervescentes. Após assistir algum filme em um dos cinemas do centro da cidade, a juventude se dirigia ao Beto Lanches, um bar moderno para aquele período, ou então, indo ao Jardim Alencastro, local de paquera, onde as pessoas ficavam dando voltas em torno do chafariz com espelho d'água (demolido para a construção da fonte luminosa) e do coreto (mais tarde transferido para a praça Ipiranga para dar lugar a um coreto de concreto), e vez por outra tomando café em um gasômetro remanescente situado na esquina da Av. Vargas. Alguns rapazes iam ao bar do Bugre para tomar cerveja ou jogar sinuca, onde sempre estavam presentes dois profissionais de sinuca, "Taquarinha" e "Bosta Seca", à espera de incautos a serem "depenados". Havia o bar Internacional, na avenida Getúlio Vargas e era point dos literatos e dos boêmios.

Tinha Cuiabá as animadas noitadas na famosa boate Sayonara, casa de shows e balneário, situada à margem direita do rio Coxipó, idealizada e montada por Nazi Bucair. Anos mais tarde, foi construído nas proximidades, o Balneário Santa Rosa, pelo dinâmico empresário João Celestino Cardozo Neto, o "João Balão", que concorria com o Sayonara. Ambos trouxeram inúmeros artistas famosos do país.

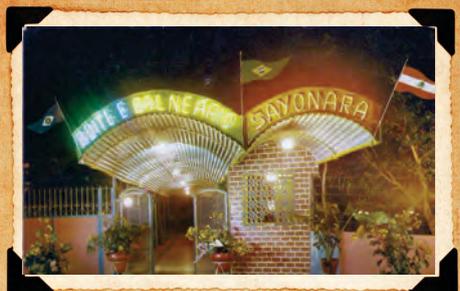
No imaginário cuiabano, são muitas e variadas as lendas e as crendices. Entre elas está a do minhocão do Pari (região ribeirinha do Cuiabá, rio acima), um monstro do rio com formato de minhoca, mas de grande dimensão, com cerca de



PRAÇA ALENCASTRO - CENTRO DE CUIABÁ



OS CINCO MORENOS-GRUPO PRECURSOR DO RASQUEADO CUIABANO- 1960-ACERVO MISC



SAYONARA: MAIOR BOATE DO CENTRO-OESTE



BAILE DO CLUBE NÁUTICO DE CUIABÁ



PESCARIA NO RIO CUIABÁ - FOTO PIERRE MARRET

vinte metros de comprimento e dois de espessura, que apavorava ribeirinhos e pescadores daquela região. A lenda da alavanca de ouro, segundo a qual existiria enterrada na colina do Rosário uma alavanca toda de ouro, que aguçava a cobiça de muitos mineradores, os quais usavam a mão-de-obra escrava nessa aventura de buscar apanhá-la, e à medida que cavavam mais a alavanca se aprofundava no solo, gerando um trabalho inútil e desgastante.

Tivemos aqui vários personagens, que divertiam e por vezes amedrontavam crianças. Destaco: Peteté, um homem pequeno por deficiência física, que andava pelo centro da cidade mexendo com as pessoas e por elas sendo importunado; Ezequiel e sua cachorrada; Zé Bolo Flô; Xande; Jandira louca e, ainda, Maria louca, uma jovem mulher negra que perambulava pela Praça Alencastro, divertindo-se e divertindo os presentes ao passar a mão na bunda de circunspectos senhores que ali conversavam; o susto e a reação destes era motivo de muitas risadas.

Havia a figura enigmática da Maria Taquara, andarilha, mulher magra e muito alta (daí o apelido Taquara), pioneira em Cuiabá no uso de calça comprida pelas mulheres. Por inúmeras vezes eu, adolescente, e minhas irmãs de mais idade, presenciamos as suas idas e vindas pela frente da nossa residência na avenida Getúlio Vargas, ao lado do antigo Lord Hotel; pela manhã, vindo de sua moradia (um casebre feito de folhas-de-flandres e pedaços de tábuas, localizado num matagal no bairro Lava-pés, nas proximidades de onde está hoje o Shopping Goiabeiras), levando sobre a cabeça uma enorme trouxa, em direção ao centro da cidade e, no final da tarde, ei-la de volta em sentido inverso ao da manhã. O que tinha feito e por onde andou durante o dia, só Deus sabe.

Dizem alguns, que ela era negra. Não era. Tinha a pele morena clara, queimada pelas andanças sob o sol. Dizem outros, que na trouxa que levava sobre a cabeça eram roupas para serem lavadas no córrego da Prainha. Não era bem assim. Mesmo porque, à época, o córrego da Prainha já

começava a ser um esgoto a céu aberto e mais, se isso fosse verdadeiro, de ser ela uma lavadeira, com toda certeza iria lavar essas roupas no ribeirão da Ponte, muito mais perto de onde ela tinha sua moradia e que possuía naquele tempo água abundante e cristalina. Na verdade, naquela trouxa ela levava todos os seus pertences, seus sonhos e delírios.

José Jacinto, mais conhecido como “Jeje” ou “Jeje de Oyá”, figura exótica e irreverente. Negro e homossexual, rompeu as barreiras do preconceito e da discriminação. Foi colunista social em jornais da capital; costumava-se apresentar nos bailes e blocos carnavalescos com fantasias extravagantes.

Outra personagem enigmática e motivo de controvérsia, foi a chamada Mãe Bonifácia. Uma negra descendente de escravos e que tinha sua morada em densa mata, onde praticava benzeduras e curas com rezas e ervas medicinais, notadamente de outros descendentes de escravos. O local da mata e o bairro onde estava situada sua moradia receberam o nome de Mãe Bonifácia, e onde está situado atualmente o maior parque da cidade, com o seu nome.

Temos a história do cemitério do Cai Cai, localizado onde é hoje a praça Manoel Murinho (entre a av. São Sebastião e a rua Coronel Barros), construído em 1867 para enterrar as vítimas da epidemia de varíola que assolou Cuiabá naquele ano, matando milhares de pessoas (cf. Paulo Pitaluga Costa e Silva e Moacyr Freitas, in, Quadros Históricos de Mato Grosso – Período Provincial, Ed. Buriti, 2002). Dizem os mais antigos, que o transporte dos cadáveres para o cemitério era feito em redes amarradas em um grande pedaço de madeira e carregado por dois homens, um em cada extremidade, os quais, exauridos pelo cansaço ou pela doença, caíam, derrubando o cadáver ao solo, advindo desse fato a denominação “Cai Cai”.

No que se refere às cruces pretas de Cuiabá, quase não há registro. Provavelmente foram elas construídas por escravos



Desfile de 7 de setembro na rua 13 de Junho, Cuiabá-MT, Década de 70.
ANI. Acervo MISC Cuiabá

ou descendentes de escravos, não se sabendo em que época. A versão popular mais plausível a respeito do porquê das suas construções é a de que elas foram erigidas para comemorar a abolição da escravatura, ocorrida em 1888.

Das três que se tem notícia, apenas duas resistiram a sanha do “progresso”. A que dá nome ao bairro da “Cruz Preta”, localizada na esquina das ruas Benedito Leite e Comandante Costa, é a única que ainda preserva sua característica original; a outra, fica no bairro Santa Helena, é conhecida como “Cruz do Chilon” e, atualmente, de maneira absurda, pintada na cor branca. Concernente a terceira, então localizada no bairro Lava-pés, em frente ao antigo 16° BC, hoje, 44° BIM, foi destruída para a construção de uma agência do Banco do Brasil. Como “compensação”, construíram mais adiante, na praça ali existente, um arremedo, uma cruz feita de concreto, que nada tem a ver com a história de Cuiabá.

Não se sabe porque somente essas três cruzeiros foram erigidas, ou se houve outras que teriam sido destruídas, a exemplo do que aconteceu com a cruz preta do bairro Lava-pés.

Na política cuiabana, destacaram-se na Câmara Municipal, Aecim Tocantins, Ana Maria do Couto, a “May”, Benedito Pedro Dorileo, Evaldo de Barros, Estevão Torquato da Silva, entre outros. Ainda na política, destacaram-se nacionalmente, Filinto Müller, Eurico Gaspar Dutra, Roberto Campos, Dante de Oliveira e Gilson de Barros.

Merece menção a figura ímpar de Cândido Mariano da Silva Rondon, responsável pela construção das linhas telegráficas e de infraestruturas de estradas na vasta hinterlândia brasileira, ligando-a ao restante do país. Nascido em Mimoso, Santo Antônio de Leverger, em 1865, veio para Cuiabá aos oito anos de idade.

Na literatura cuiabana temos vários nomes exponenciais, entre eles: Rubens de Mendonça, escreveu diversos livros,



O primeiro automóvel

O primeiro automóvel que chegou a Cuiabá, fotografado em frente à Casa Dorsa. No banco traseiro estão os srs. Paulino Dorsa e Nicola Guerrize. O motorista deve ser o sr. Henrique Thomem, cidadão suíço recém-chegado a Cuiabá. Há outros passageiros que não foram identificados.



SENADOR AZEREDO E COMITIVA DESEMBARCAM NO PORTO EM CUIABÁ. 1920



CARTÃO POSTAL DE CUIABÁ DE 1906 - ACERVO DA FAMÍLIA RODRIGUES



TOURADA EM CUIABÁ NO CAMPO D'OURIQUE - CRÉDITOS DA FOTO GCOMMT-CHICO VALDINER



MERCADO DO PEIXE NO BAIRRO DO PORTO DÉCADA DE 70 - ACERVO MISC

dentre os quais, “Igrejas & Sobrados de Cuiabá” (1978), “História de Mato Grosso” (1967) e “Dicionário biográfico mato-grossense” (1953). É nome de uma das mais importantes avenidas de Cuiabá.

Manoel Cavalcanti Proença, nascido em Cuiabá, em 1905, romancista e crítico da literatura brasileira, seu livro “Roteiro de Macunaíma” (1950), é o melhor estudo sobre a famosa obra de Mário de Andrade. Escreveu também, “No Têrmo de Cuiabá” (1958). [sic] É nome da Biblioteca Municipal de Cuiabá.

Ricardo Guilherme Dicke, nascido na Baixada Cuiabana, em Chapada dos Guimarães, escritor e artista plástico, reconhecido nacionalmente pelas suas obras “Deus de Caim” e “Madona dos Páramos”, é considerado um ícone da literatura brasileira.

Outro escritor de grande estatura poética e intelectual, Manoel de Barros é conhecido no país como o “Guimarães Rosa pantaneiro”, e também, como o “Poeta das miudezas”, dada a sua capacidade de extrair beleza das pequenas coisas. Como esta:

“Prefiro as máquinas que servem para não funcionar: quando cheias de areia de formiga e musgo – elas podem um dia milagrar de flores.” (in, Livro sobre Nada, Ed. Record, 1996).

Nascido em Cuiabá, em 1916, é considerado um dos principais poetas brasileiros e reverenciado nacionalmente. Teve a sua obra “Livro sobre Nada”, levada ao palco por Cássia Kiss, sob a direção de Ulysses Cruz, na peça “Meu Quintal é maior que o Mundo”, no teatro Sesi, em São Paulo e foi tema da 43ª edição do programa Ocupação Itaú Cultural, na av. Paulista, em São Paulo. É autor dos livros “O Guardador de águas” (1989) e “O Livro das Ignoranças”(1997), e outros mais.

E, ainda, Benedito Sant'Ana da Silva Freire, nascido em Mimoso, Santo Antônio de Leverger. Consagrado poeta em Mato Grosso, teve seu nome dado à Escola Superior de Contas, do Tribunal de Contas de Mato Grosso. Autor de diversas obras, sendo algumas delas: “Meu Chão”, “Pássaro Implume” e “Águas de Visitação”. Da sua obra “Canto-murmúrio para minha cidade” (in, Fragmentos da alma mato-grossense, Ed. Entrelinhas, 2003), extraio os excertos adiante transcritos:

- Não, Cuiabá, não são as crianças quem lhe sangram de agulhas envenenadas a veia jugular da vida...
- Não são elas quem lhe entopem as flautas da respiração...
- Não são elas que poluem a convivência familiar de suas praças-sem-folguedos-de-criança...
- Quem encaixota sua qualidade de vida, não são as crianças.
- Não são elas que estão garroteando seus santos de festas, suas lendas e mitos. As crianças não carnalham seu carnaval...
- Quem ordenha suas tetas maternas, para traí-las depois, não são as crianças. Elas só sabem amar sua bondade ferida.
- Quem entristece o poema sonoro que seu povo fala, não são as crianças.
- Quem povôa de poluição sonora, verbal, escrita e visual seu espaço público, não são as crianças.
- Quem desorganiza a higiene de seus rios, não são as crianças.
- (...)
- Não são as crianças que borram a imundície da vida em suas paredes seculares. As crianças, suas crianças, Cuiabá, sabem pintar de alegria a cidade-útero-materno.
- (...) **M**

As 8 sedes do Ministério Público de Mato Grosso



PRIMEIRA SEDE | 1914
Tribunal da Relação



SEGUNDA SEDE | 1937-1967
Antigo PALÁCIO DA JUSTIÇA
Av. Getúlio Vargas



TERCEIRA SEDE | 1968-1975
PALÁCIO DA INSTRUÇÃO
Praça da República



QUARTA SEDE | 1975-1982
PALÁCIO ALENCASTRO
Praça Alencastro



QUINTA SEDE | 1982-1990
Atualmente SEC. DE SEGURANÇA PÚBLICA
Centro Político Administrativo



SEXTA SEDE | 1990-1998
D. MARECHAL CÂNDIDO RONDON
Centro Político Administrativo



SÉTIMA SEDE | DESDE 1998
Antiga COHAB/MT - Centro Político Administrativo
Atual Anexo I - Procurador de Justiça
LUIZ VIDAL DA FONSECA



OITAVA SEDE | DESDE 2003
Centro Político Administrativo
Ed. Procurador de Justiça
LOURIVAL PINTO DE SOUZA

Artigo

O MINISTÉRIO PÚBLICO EM DEFESA DA CIDADE VERDE

Salve minha terra de amor, minha terra do ouro, que fundou Moreira Cabral. Que “chova o céu dos seus dons o tesouro sobre ti, bela terra natal!”

E não é que já tem 100 anos que o povo cantarolou a até então inédita música de Dom Aquino! “Tchá por Deus”! E ela fala de Cuiabá também, sim senhor. E não vem “çaçoa”. Sem “moage”.

No entanto, cem anos depois, a tricentenária cidade fundada por Pascoal Moreira Cabral e moldada nas lavras de Miguel Sutil, já não tem mais ouro. Só que de outras riquezas vive e oferece ao seu povo, sendo uma metrópole multicultural.

Eita, cidade que está grande! Vôte! Tem tantos problemas, tanta gente diferente e precisando de ajuda...

Mas tem quem defenda Cuiabá e ao seu povo! E já tem um tempo, viu?

Essa é a ideia dessa prosa. Lembrar que a Cidade Verde cresceu, viu surgir grandes problemas, mas que, junto a ela, cresceu o Ministério Público, o defensor de sua gente, das suas belezas e da sua história.

E quem atesta é um filho da terra, um “gente de quem”. Como tal, falo de Cuiabá, arrancando as memórias da minha saudosa infância nas ruas tranquilas de uma capital de comportamento interiorano, onde todos se conheciam, cumprimentavam e conversavam sem qualquer pressa, sentados em cadeiras colocadas nas frentes das casas, e, ao mesmo tempo, assustado em comparar tamanha mansidão com o contraste da vida atribulada que hoje levo com minha esposa e filhos na metrópole de elevada criminalidade e de outras mazelas.

Crimes, de fato, antes tinham bem menos.

Mas desde os primeiros promotores públicos, combatia-se



JOSÉ MARIANO DE ALMEIDA NETO

PROMOTOR DE JUSTIÇA E COORDENADOR-GERAL DOS
CENTROS DE APOIO OPERACIONAL DO MPMT

com rigor os criminosos, não importa quem eles eram... ainda que ricos e poderosos... até um comendador já foi preso e condenado...

Políticos ambiciosos por poder e dinheiro rasgaram nossa Cuiabá com obras inacabadas, malfeitas e/ou superfaturadas. E os promotores cuiabanos de nascença ou de coração lá estão a colocá-los na cadeia, afastá-los do poder e reparar o dano.

E no Cuiabá de antigamente, quando morria um de “morte matada”, podia até ser assunto por muitos dias, mas se sabia que o promotor ia defender a vida que foi ceifada. E o julgamento parava a cidade.

Grandes tribunais o Ministério Público já teve e ainda tem. Até hoje, presenciamos belíssimas atuações de vocacionados promotores nos tribunais do júri. E com o cuidado de prestar assistência às famílias das vítimas de homicídios. Tarefa bem executada pelos promotores do Núcleo da Defesa da Vida.

Há muito o Ministério Público zela pelas crianças e adolescentes cuiabanas. Lutou pela criação dos primeiros conselhos tutelares, pelo fim dos grandes “orfanatos”, aumento de vagas e a inclusão em escolas e creches, pela redução da evasão, buscando a paz dentro e fora delas (mediação escolar) e até obteve mais leitos hospitalares públicos.

E não só dos pequenos que se cuida. Também dos idosos e pessoas com deficiência, buscando sempre a melhoria dos serviços públicos.

Ah, e o Ministério Público cuida da natureza da cidade também! Afinal, tem que manter nossa Cidade Verde.

Do rio que emprestou seu nome a Cuiabá, hoje lutamos pela sua preservação e recuperação. Viva o verde rio!

Em três séculos, o rio Cuiabá deu água para beber, peixe para comer e sustentou milhares de famílias. O rio, no entanto, sofre forte degradação ambiental que ameaça sua sobrevivência.

Os promotores não ficaram inertes diante dessa situação. Há 10 anos foi criado o projeto “Verde Rio” para recuperar e manter preservadas as áreas localizadas às margens do rio Cuiabá.

Da água que hoje já nos falta para beber, os promotores cuidam de encontrar suas nascentes e protegê-las para os cuiabanos que vivem e os que ainda estão a nascer.

É a “Água para o Futuro”, projeto que busca a proteção das nascentes da área urbana de Cuiabá para garantir a segurança hídrica e o abastecimento de água potável para a presente e as futuras gerações

Cuiabá... terra quente e ainda verde, com seus casarões centenários e modernos edifícios, de mangueiras e cajueiros em quintais em contraste ao cinza do concreto rasgado por obras inacabadas, conta com seus apaixonados promotores!

Cuiabanos ou pau-rodados, eles amam a ti e a teu caloroso povo, e defenderão a preservação da tua natureza, dos seus costumes, do bem-estar dos cuiabanos.

Parabéns, Cuiabá!

E conte sempre com seus promotores! **M**

Por dentro FATOS & RE PROMOTORES DE JUSTIÇA TÊM SALA D



Promotora de Justiça de Paranatinga Tessaline
Luciana Higuchi Viegas dos Santos

Promotores de Justiça que atuam no interior do Estado e que estão em trânsito em Cuiabá, além de aposentados e pensionistas, agora têm um espaço reservado, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, para trabalhar, mandar e-mails, fazer ligações ou até mesmo bater um papo. A sala, uma espécie de “home office”, está instalada no Memorial do MPMT e conta com mesas, cadeiras, computadores, impressora e linha telefônica.

O local foi criado a partir de uma reivindicação de promotores de Justiça de Rondonópolis e da Associação Mato-grossense do Ministério Público (AMMP). “Queremos que nossos colegas sejam tão bem acolhidos na Procuradoria da mesma forma que somos quando vamos às promotorias do interior

do Mp

RELATOS

A DE APOIO NA SEDE DA PGJ



Promotor de Justiça de Jaciara Fábio Paulo da Costa Latorraca



Promotor de Justiça de Comodoro Luiz Eduardo Martins Jacob Filho



do Estado.

Queremos também que nossos aposentados e pensionistas tenham um espaço agradável quando vierem visitar a instituição, a qual eles dedicaram anos de suas vidas”, destacou o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira.

O promotor de Justiça Luiz Eduardo Martins Jacob Filho, que atua na Promotoria de Comodoro, foi um dos primeiros a utilizar o espaço.

“Achei a iniciativa excelente. Quando nós saímos da promotoria para vir a Cuiabá participar de algum curso ou resolver uma demanda, não ficamos desligados da

promotoria, precisamos dar assistência à nossa assessoria.

Quando eu vinha na PGJ sempre pedia um computador emprestado para responder e-mail ou fazer algum outro trabalho que não podia esperar. Aqui ficou perfeito.

É tranquilo e não temos que incomodar ninguém para pedir o computador emprestado.

Parabéns aos idealizadores”, disse. **M**

#Eu Visitei O MEMORIAL



Annaline Santos Furtado, Assistente Ministerial da Promotoria de Justiça de Vera e Thais G. Socreppa, Assistente Ministerial da Promotoria de Justiça de Feliz Natal



Marcelo Rodrigues Silva, Promotor de Justiça de Porto Alegre do Norte



Cel. PM Jorge Luiz de Magalhães, Chefe de Gabinete de Segurança Institucional - GSI-MPMT



Ciro Ademar Arruda, economista aposentado do Instituto Benjamin Constant do Rio de Janeiro



Claudia Cristiane, colaboradora do MPMT - Empresa Transamérica



Dario de Castro Reis, servidor aposentado, ex-diretor geral da Procuradoria Geral de Justiça

#Eu Visitei O MEMORIAL



Marcos Machado, Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso



William Oguido Ogama, Promotor de Justiça de Vera



Luiz Fernando Pipino, Promotor de Justiça de São José do Rio Claro



Ulysses Ribeiro, Procurador de Justiça aposentado e seu neto Leandro Ribeiro



Fernanda Pawelec, Promotora de Justiça de Sorriso



Elisamara Portela, Promotora de Justiça de Cuiabá e seu filho André Vitor

#Eu Visitei O MEMORIAL



Darcy Leite Ciraulo do Ministério Público da Paraíba e membro do CNMP



Hugo Santiago de Brito, servidor aposentado do MPMT



Igor Campos, colaborador do MPMT - Empresa Transamérica



Izabele Rafael Bueno Ogama e seu filho Pietro Rafael Bueno Oguido Ogama



Márcio Costa Almeida, Promotor de Justiça do MPDF e membro do CNMP



Elizama Pereira Borges, decoradora

#Eu Visitei O MEMORIAL



Julisa Cristina Lisboa Costa, servidora do Departamento de Gestão de Pessoas - MPMT



Larissa Carneiro, advogada da comarca de Porto Alegre do Norte



Lêner Escudero Marchi Cruz, assessora do Procurador de Justiça José Basílio Gonçalves



Mário Formigheri Cavalcanti, servidor da Secretaria de Estado de Saúde-MT



Priscilla Aparecida Castilho Cruz, colaboradora da diretoria-geral da Procuradoria Geral de Justiça



Marlene Garcia Dorileo, professora aposentada

#Eu Visitei O MEMORIAL



Renato Monteiro, Promotor de Justiça aposentado do MPMT



Letícia Merini de Oliveira Tamura, servidora do Departamento de Planejamento e Gestão do MPMT



Simão Pereira Alves, servidor do MPMT



Sônia Grizielli, advogada



Tiago Terciotty, jornalista



Vanessa Alves dos Santos, trabalhadora autônoma

#Eu Visitei O MEMORIAL



Vinicius K. Scalziti, estudante de Direito da Unemat



Zenaide Gonçalves Rodrigues da Silva, servidora da Promotoria de Justiça de Cuiabá



Lúcio Cavalcanti, engenheiro civil



Maria Cristina Brito e Delma Moura, servidoras do Departamento de Atendimento e Expediente - MPMT



Sônia Zaramella, jornalista e professora aposentada da UFMT



Arnaldo Justino da Silva, Promotor de Justiça de Cuiabá

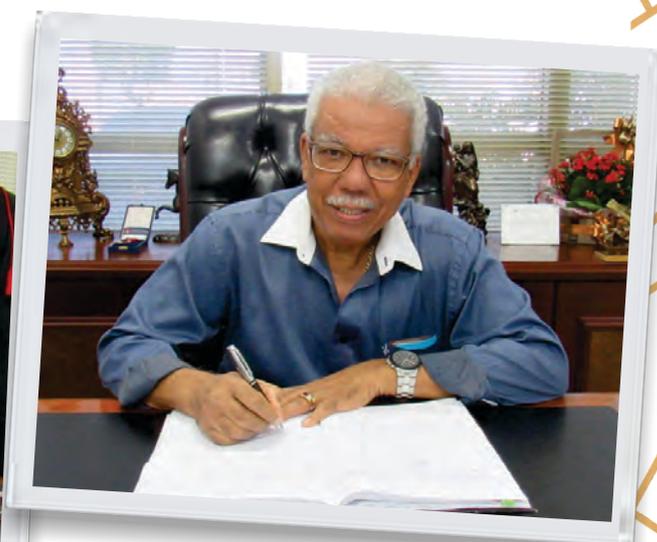
#Eu Visitei O MEMORIAL



Humberto Maranhão, Procurador de Justiça aposentado - MPMT



Dannilo Preti Vieira, Promotor de Justiça de Juína



João da Mata de Oliveira, Promotor de Justiça aposentado - MPMT



mpmt.mp.br/memorial

PRESERVAR A MEMÓRIA INSTITUCIONAL É MANTER A INSTITUIÇÃO VIVA E UMA FORMA DE FORTALECER SUAS BASES.

Visite o site do Memorial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso



MEMORIAL
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE MATO GROSSO



Ouvidoria
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

OUVIDORIA MPMT AQUI

A Ouvidoria é um serviço do Ministério Público colocado à disposição da sociedade para críticas, denúncias e informações sobre sua própria atuação.

É também um canal aberto de comunicação com o cidadão para defesa dos direitos da infância e adolescência, do meio ambiente, da saúde, da educação, do patrimônio público, entre outras áreas.

ATENDIMENTO

Para registrar manifestação, solicitações e outros nos procure!

Segunda à Sexta-feira das 8h às 18h

Rua Quatro, Quadra 11, n.º 237, Centro Político e Administrativo,
Cuiabá/MT. CEP: 78049-921

CANAIS

OUVIDORIA@MPMT.MPBR 

WWW.MPMT.MPBR 

127 